



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
DE JOVENS E ADULTOS**

---

*V Seminário Nacional*

---

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

**ANAIS DO V SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FORMAÇÃO  
DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS:  
*“Formação de educadores de jovens e adultos na  
perspectiva da educação popular”***

**Campinas-SP  
2015**



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

Debora Cristina Jeffrey  
Dulcinéia de Fátima Ferreira  
Elmir de Almeida  
Jarina Rodrigues Fernandes  
Maria Alice de Paula Santos  
Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo  
Maria Clara Di Pierro  
Mariângela Graciano  
Roseli Rodrigues de Mello  
Sandra Fernandes Leite [Orgs.]

**ANAIS DO V SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FORMAÇÃO  
DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS:  
“Formação de educadores de jovens e adultos na  
perspectiva da educação popular”**

**Campinas-SP  
2015**



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

Debora Cristina Jeffrey (UNICAMP)  
Dulcineia de Fatima Ferreira (UFSCar - *campus* Sorocaba)  
Elmir de Almeida (USP - *campus* Ribeirão Preto)  
Jarina Rodrigues Fernandes (UFSCar - *campus* São Carlos)  
Maria Alice de Paula Santos (Coordenação do Fórum de Educação de Jovens  
e Adultos do Estado de São Paulo)  
Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo (UNESP- *campus* Rio Claro)  
Maria Clara Di Pierro (USP – *campus* Butantã)  
Mariângela Graciano (UNIFESP)  
Roseli Rodrigues de Mello (UFSCar – *campus* São Carlos)  
Sandra Fernandes Leite (UNICAMP)

**COLABORADORES**

Camila Simões Rosa (UFSCar)  
Manuel Armando Ameiro Lorena (UnG)



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### **COMITÊS LOCAIS**

Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Acre  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Alagoas  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Amapá  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Amazonas  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Ceará  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Distrito Federal  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Espírito Santo  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Goiás  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Maranhão  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Mato Grosso  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Mato Grosso do Sul  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Minas Gerais  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Pará  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraíba  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Pernambuco  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Piauí  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio Grande do Norte  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio Grande do Sul  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Rondônia  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Roraima  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Santa Catarina  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Sergipe  
Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Tocantins



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### **COMITÊ CIENTÍFICO**

Abdizia Maria Alves Barros (UFAL)  
Agostinho da Silva Rosas (UPE)  
Alessandra Nicodemos (UFRJ)  
Alexandre Cougo (UFMS)  
Alexandre Rafael da Rosa (PM Canoas/RS)  
Aline Campos (UFSCar)  
Aline Lemos da Cunha (UFRGS)  
Ana Lucia Masson Lopes (UFSCar)  
Ana Maria de Campos (Unisal)  
Ana Paula de Abreu Moura (UFRJ)  
Analise de Jesus da Silva (UFMG)  
Ananias Noronha Filho (UESPI)  
Ângela Maria Eugênio Lopes (UFC/SME)  
Antônio Ferreira de Sousa Sobrinho (UFPI)  
Antonio Francisco Marques (UNESP)  
Benedito Gonçalves da Costa (FEJA PA)  
Cintia Gonçalves dos Santos (SECTMA/PE)  
Claudete Da Silva Morais Frencken (UFC/SME)  
Katia Kodama (UNESP)  
Cláudia Borges Costa (SME Goiânia-GO)  
Claudia Raimundo Reyes (UFSCar)  
Dalva de Oliveira Lima Braga (UESPI)  
Debora Cristina Jeffrey (UNICAMP)  
Delzair Amâncio da Silva (FEJA DF)  
Dilsilene Maria Alves de Santana (FEE/Tocantins)  
Dimitri Assis Silveira (MEC)  
Donizete Gonçalves da Cruz (SEE/PR)  
Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira (UFSCar)  
Edineia de Lourdes Pereira (SME Goiânia-GO)  
Edite Maria da Silva de Faria (UNEB)  
Edlauva de Oliveira dos Santos (UFRR)  
Edna Castro de Oliveira (UFES)  
Eduardo Jorge Lopes da Silva (UFPB)  
Elenice Maria Cammarosano Onofre (UFSCar)  
Elenita Eliete de Lima Ramos (IFSC)  
Eliábia de Abreu Gomes Barbosa  
Eliana Marques Zanata (UNESP)  
Eliane Dayse Pontes Furtado (FACED-UFC)  
Elmir de Almeida (USP)  
Ênio Serra (UERJ)  
Esmeraldina Maria dos Santos (SME Goiânia-GO)  
Euzemar Fátima Lopes (UFMT)  
Fabiana Marini Braga (UFSCar)



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

### V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

Flávia Herzog Adamkoky Botti (FE ES)  
Flávio Corsini Lório (UFRR)  
Francisca Izabel Pereira Maciel (UFMG)  
Geruza Cristina Meirelles Volpe (UFJF)  
Giorgie Heliodoro (FE CE)  
Inácia Damasceno Lima (UNIRON)  
Ires Aparecida Falcade Pereira (UFPR)  
Irlanda Aglae Correa Borges (SEED-DF)  
Ivana Bognar (UNEMAT)  
Izabel Cristina Santos da Silva (PM Aracaju)  
Jairo Gonçalves Carlos (CEJAD)  
Jaqueline Luzia (UERJ)  
Jarina Rodrigues Fernandes (UFSCar)  
Jaqueline Rodrigues Paiva (FEJA-AC)  
João Carlos de Oliveira (UFU)  
José Carlos Miguel (UNESP)  
José Ribamar Araujo de Oliveira (FEJA RR)  
Julieta Ida Dalleplane (FEJA RS)  
Karla Ribeiro de Assis Cezarino (UFES)  
Karla Barata Eveline de Carvalho (PM Fortaleza)  
Keila Alves de Souza (UNEMAT)  
Kelma Araújo Soeiro (FE AP)  
Kergileda Ambrósio de Oliveira Mateus (UFSCar)  
Kyrleys Pereira Vasconcelos (UFVJM)  
Leôncio José Soares (UFMG)  
Liana da Silva Borges (SENAC Porto Alegre)  
Lindivalda Sales de Souza Feitosa (UFPI)  
Lucilene Paniago Trindade  
Marcelo Lambach (UTFPR)  
Maria Alice de Paula Santos (UnG)  
Maria Clara Di Pierro (USP)  
Mariângela Graciano (UNIFESP)  
Maria Edineide Batista (PM Lagoa de Pedras/RN)  
Maria de Fatima Mota Urpia (UNEB)  
Maria de Nazaré Correa da Silva (UEA)  
Maria do Socorro Dantas da Cunha (IFPA)  
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin (UFSC)  
Maria Lúcia Monteiro Guimarães (UFSJ)  
Maria Nayde dos Santos Lima (IPF)  
Maria Quitéria Afonso (UFAM)  
Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo (UNESP)  
Marinaide Lima de Queiroz Freitas (UFAL)  
Mario José Disnard da Silva (PM Caruaru)  
Mirian Patrícia Burgos (FPCEUP)  
Mônica de La Fare (PUC-RS)



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

### *V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

Neura Maria Weber Maron (UFPR)  
Nilton Carlos da Silva Teixeira (Faculdade Martha Falcão/AM)  
Pastora Maria dos Santos (SME/Maceió)  
Paula Cabral (UFSC)  
Paula Cristina Silva de Oliveira (UFVJM)  
Paulo Gomes Lima (UFSCar)  
Quitéria Afonso (UEA)  
Rita de Cássia Pacheco Gonçalves(UESC)  
Rita Diana de Freitas Gurgel (UFERSA)  
Rita Tavares de Mello (UNIMONTES)  
Ronney da Silva Feitoza (UFAM)  
Rosa Aparecida Pinheiro (UFSCar)  
Rosa Cristina Porcaro (UFV)  
Rosa Malena Carvalho (UFF)  
Rosângela Gonçalves de Oliveira (IFPR)  
Roseli Rodrigues de Mello (UFSCar)  
Rosemary Luz (CEFAPRO/MT)  
Rubens Luiz Rodrigues (UFJF)  
Sandra Fernandes Leite (UNICAMP)  
Sandra Maria Marinho Siqueira (UFB)  
Sara Ferreira de Almeida (UFSCar)  
Sílvia Lucia Lopes Benevides (UNEB)  
Sílvia Maria de Oliveira (IEP)  
Simone Rodrigues Batista Mendes (UESPI)  
Sonia Haracemiv (UFPR)  
Sônia Maria dos Santos (UFU)  
Targélia Ferreira Bezerra de Souza Albuquerque (UFPE)  
Thaís Maria de Araújo Pessoa (UESPI)  
Wilma de Andrade Coelho (UERR)



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### **SUMÁRIO**

#### **Apresentação**

#### **Conferência Inaugural: breve apresentação**

#### **Painel Política Nacional de Formação para Educadores da EJA**

#### **Resumos dos trabalhos**

**Eixo 1.** Concepções de formação de educadores(as) da EJA: matrizes epistemológicas, especificidades da modalidade, princípios ético-políticos e práticas

**Eixo 2.** Identidades e trajetórias na formação dos educadores(as) da EJA

**Eixo 3.** Políticas de formação de educadores(as) da EJA

**Eixo 4.** Espaços, tempos, formatos e financiamento de formação continuada de educadores(as) de EJA

**Eixo 5.** Saberes construídos na formação de formadores(as)

**Eixo 6.** A formação inicial de educadores(as) da modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### APRESENTAÇÃO

O V Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens e Adultos (V SNF) é a quinta edição de evento criado a partir de reflexões fomentadas nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs), por educadores dos fóruns estaduais de Educação de Jovens e Adultos de todo o Brasil, em torno da necessidade de concentrar esforços em torno da temática.

Em consonância com as edições anteriores: *Formação de Educadores de Jovens e Adultos* (UFMG- 2006), *Os desafios e perspectivas na formação do educador* (UFG - 2007), *Políticas Públicas de Formação de Educadores em Educação de Jovens e Adultos* (PUC-RS - 2010) e *Processos Formativos em EJA: práticas, saberes e novos olhares* (Brasília – 2012), o V Seminário, *Formação de Educadores de Jovens e Adultos na perspectiva da educação popular*, objetiva refletir sobre aspectos que caracterizam as especificidades da formação do educador de jovens e adultos; integrar experiências formativas e fomentar novas pesquisas; compartilhar resultados de pesquisas e de experiências de educação formal e não formal sobre formação de educadores da EJA e formular propostas de políticas de fomento à formação do Educador da EJA.

O contexto contemporâneo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem nos apresentado problemáticas e desafios que precisam ser contemplados e enfrentados/superados na formação específica daqueles que atuam na EJA.

Com a mundialização da economia e da cultura, o incremento crescente das novas tecnologias da informação e comunicação, processos que vêm provocando profundas mudanças nos cenários da produção e do trabalho, requerendo formação contínua e requalificação profissional dos indivíduos – homens e mulheres, os temas da educação escolar e não escolar de jovens e adultos têm ocupado um espaço cada vez mais importante no cenário mundial e sobremodo no contexto sociedade e educação brasileira, marcadas por singularidades históricas, sociais e políticas no contexto latino-americano e no global. Assim, as desigualdades e especificidades que entre nós caracterizam, numa temporalidade de longa duração, às questões de gênero, geracionais, étnico-raciais, da educação indígena,



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

quilombola, inclusiva, do campo, no sistema prisional e nos movimentos sociais também precisam ser contempladas. Há necessidade de investir e projetar caminhos tanto na formação inicial, continuada e na profissionalização de educadores que atuam junto àqueles segmentos e identidades coletivas.

A EJA, a formação inicial e continuada do educador, assim como investimentos públicos nos diversos espaços-tempos da formação do educador da EJA, tratam-se de demandas renovadas que, inequivocamente presentes no cenário sócio político e econômico, nos remetem a questões específicas dessa modalidade de educação, relativas ao currículo, à didática, a identidade e ao papel social da educação de jovens, adultos e idosos no contexto educacional brasileiro. Tais questões precisam ser repensadas e exigem uma posição diante do compromisso social das universidades com a formação inicial e continuada dos educadores de EJA, tanto nas licenciaturas como nos cursos de extensão e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Com o objetivo de adensar o debate, organizamos a presente publicação que se inicia com sinopses das falas das convidadas: Professora Doutora María del Carmen Campero Cuenca, da *Universidad Pedagógica Nacional de México*; Professora Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, da Universidade Federal de Santa Catarina e Professora Marcia Soares de Alvarenga, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida encontram-se os textos completos produzidos pelas professoras convidadas para compor o *Painel: Política Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos*.

Por fim, vocês encontrarão pastas organizadas por eixo, subdivididas em subpastas nas quais se encontram resumos das comunicações orais e relatos de experiências apresentados no V Seminário.

Em torno do Eixo 1, *Concepções de formação de educadores(as) da EJA: matrizes epistemológicas, especificidades da modalidade, princípios ético-políticos e práticas*, encontram-se os trabalhos que tratam das concepções teóricas, políticas e marcos legais que embasam a formação.

No Eixo 2, *Identidades e trajetórias na formação dos educadores(as) da EJA*, estão aqueles que focalizam os sujeitos que participam dos processos formativos.

Já no Eixo 3, *Políticas de formação de educadores(as) da EJA*, estão aglutinados os trabalhos focalizam as políticas empreendidas nesse campo.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

Ao redor do Eixo 4, *Espaços, tempos, formatos e financiamento de formação continuada de educadores(as) de EJA*, estão os trabalhos que focalizam diferentes configurações da gestão da formação continuada de educadores da EJA.

No Eixo 5, *Saberes construídos na formação de formadores(as)*, encontram-se os trabalhos voltados para a formação de formadores e multiplicadores, realizados pelos diversos segmentos: gestão pública, movimentos sociais e universidades.

Por fim, no Eixo 6, *A formação inicial de educadores(as) da modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas*, aqueles que focalizam a gestão e experiências na graduação.

Desse modo, o CD ROM do V Seminário, além dos resumos das comunicações orais e relatos de experiência, torna públicos os trabalhos completos que foram aprovados para a circulação. Convém assinalar que, tanto no caderno impresso quanto na versão digital, em cada eixo, as comunicações orais são sucedidas pelos relatos de experiências.

O conjunto dos trabalhos nos permite entrar em contato com intencionalidades, percursos e resultados alcançados por diferentes iniciativas e pesquisas desenvolvidas. Os trabalhos também indicam e/ou propõem temáticas, problemas e questões a serem aprofundadas mediante práticas - individuais e coletivas - de investigação sistemática e criteriosa, além de oferecerem fecundos subsídios para a projeção de futuros passos para a formação de educadores no país, no bojo de uma política de Estado para a Educação de Jovens e Adultos.

Aqui compartilhamos parte dos processos de formação que estão em curso por todo Brasil. Cientes das dificuldades e potencialidades que um seminário como este carrega, desde que o Fórum EJA São Paulo assumiu a responsabilidade por organizar o V SNF, nos debruçamos sobre esta tarefa sempre na busca de diálogo com os outros Fóruns. Na perspectiva da educação popular, continuemos a trabalhar juntos pela Educação de Jovens e Adultos.

Comissão Organizadora do V SNF



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### **Conferência Inaugural do V Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens e Adultos: “Formação de Educadores de Jovens e Adultos na perspectiva da educação popular”**

**13 de maio de 2015  
Centro de Convenções da UNICAMP  
20h às 21h 30min**

**Coordenação:** Prof. Carlos Humberto Spezia – Setor de Educação da UNESCO no Brasil

A Conferência será proferida pela professora Doutora María del Carmen Campero Cuenca, dedicada há mais de três décadas à educação de jovens e adultos (EPJA). Desde 1981, tem atuado na Educação Superior na Universidad Pedagógica Nacional de México, onde trabalha como docente na área de fundamentos teórico-metodológicos das práticas socioeducativas com pessoas jovens e adultas, atuando na formação de educadores na licenciatura, especialização e mestrado, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Integra também o corpo docente da área acadêmica de diversidade e interculturalidade da UPN Ajusco, da qual foi Coordenadora de 2010 a 2012. É autora de diversos livros e artigos sobre aspectos socioculturais da EPJA e Educação Básica; profissionalização de educadore/as, em particular sobre sua formação; elaboração de diagnósticos, sistematização de experiências, políticas na EPJA e aportes de Freire para a formação de educadores e educadoras de jovens e adultos.

**Sinopse:** Intitulada “A formação dos educadores e educadoras de pessoas jovens e adultas: subsídios a partir da pesquisa e da experiência”, a conferência da professora María del Carmen Campero Cuenca abordará fundamentos teórico-metodológicos e eixos formativos a partir de suas práticas na UPN e na Red de Educación de Personas Jóvenes y Adultas, e de uma pesquisa concluída em 2013 sobre essa temática na América Latina.



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### **Painel “Política Nacional de Formação para educadores da EJA”**

**14 de maio de 2015  
Centro de Convenções da UNICAMP  
9h às 10h 30min**

**Coordenação:** Professor Luiz Cláudio Machado dos Santos – Coordenador Geral da Educação de Jovens e Adultos - DPAEJA/SECADI/MEC

A Professora Doutora Marcia Soares de Alvarenga, primeira panelista, é docente da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Atua na graduação e no Mestrado em Educação, onde é coordenadora adjunta da linha de pesquisa Processos Formativos e Desigualdades Sociais. É membro titular do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão da UERJ (2012-1014). Realizou Pós-Doutorado em Educação na UFMG e na Universidade de Évora (Portugal). É membro do grupo de pesquisa Vozes da Educação: História e Memória das Escolas, no qual participa com pesquisa que discute a relação entre poder local, rebatimentos e repercussões das políticas públicas educacionais. Participa do GT Educação de Pessoas Jovens e Adultas da Anped. É pesquisadora do CNPq desde 2008, Procientista da UERJ com bolsa de produtividade Faperj/UERJ. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação de jovens e adultos trabalhadores, poder local, direito à educação e movimentos sociais.

A segunda fala será da Professora Doutora Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, docente da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua no Curso de Pedagogia nas áreas de Didática e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Programa de Pós-Graduação em Educação nas disciplinas Formação de Professores: dimensões históricas, conceituais, políticas e pedagógicas (Mestrado e Doutorado) e no Seminário referente às bases epistemológicas da produção teórica e das pesquisas do campo da Educação da Jovens e Adultos, havendo ministrado a disciplina Estratégias Pedagógicas na EJA no Curso de Especialização em EJA e Educação na Diversidade. Tem desenvolvido pesquisas sobre evasão/desistência na EJA, processos pedagógicos e ações de inclusão/permanência, comunidade de aprendizagem multimídia, currículo integrado e formação docente para a EJA em Santa Catarina. Atualmente está realizando pós-doutorado na Universidade do Estado da Bahia.

**Sinopse:** No painel as professoras Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin e Marcia Soares de Alvarenga compartilharão resultados de pesquisas e reflexões em torno das políticas de formação de educadores da EJA, abordando respectivamente a formação inicial e a formação continuada em serviço.



**FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

## **POLÍTICA NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS : PROCESSO S FORMATIVOS NA ARENA DE DISPUTAS DE SENTIDOS**

**Marcia Soares de Alvarenga\***

### ***Introdução***

Em sua complexidade histórica, política e social, a Educação de Jovens e Adultos acusa os efeitos das desigualdades sociais produzidas pelo modelo de desenvolvimento econômico estruturalmente excludente, conforme nos ajudam a ler os indicadores sobre desigualdades sociais ao expor a realidade em que vivem milhões de brasileiros, quanto pelos estudos que compreendem os paradoxos gerados pela União face à questão da responsabilidade do Estado para com o direito à educação de jovens e adultos trabalhadores. Como afirmara Beisegel (1997), a Educação de Jovens e Adultos *é bem menos significativa atualmente do que já foi num passado ainda recente*. Posto que, para este autor em face ao aumento das novas atribuições educacionais, geradas, sobretudo, pela reforma do Estado em 1988, o *Estado parece estar fixando prioridades, definindo no amplo elenco dos credores de sua imensa dívida social aqueles que de fato poderão ser atendidos num futuro próximo* (p.29).

Parece-nos que a questão sobre políticas de formação de professores de jovens e adultos reflete e refrata este paradoxo de prioridades que se acumularam e pouco, ou residualmente, foram postas nas agendas governamentais em garantir o direito à educação, com qualidade, para jovens e adultos trabalhadores, já no contexto do Estado Democrático de Direito.

Pesquisas dedicadas ao tema da Educação de Jovens e Adultos têm explicitado esta problemática ao repercutirem que a questão que envolve a formação de professores de jovens e adultos se manteve e se mantém como um dos focos de interesse por sua relação com os possíveis

---

Professora da Graduação e do Mestrado em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores/UERJ. E-mail msalvarenga@uol.com.br



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

impactos produzidos nos indicadores de alfabetização e escolarização de jovens e adultos quer sejam nos programas de alfabetização e/ou nos sistemas escolares.

Para nós pesquisadores e professores da universidade que trabalhamos junto aos educadores de jovens e adultos das redes públicas de ensino temos convivido com um quadro de preocupações que já repercute sobre a questão de formação destes educadores. Sem ambição de maior aprofundamento, parece necessário me referir a cinco estudos sobre o tema formação para a docência para a escola básica e, em específico, para a modalidade da EJA.

O primeiro estudo, ao qual recorro, trata-se da pesquisa realizada por Leme (2012) ao consolidar o que já há muito já suspeitávamos, ou seja, de que a carreira para o magistério tem se revelado de baixa atratividade para os que frequentam os curso de licenciaturas. Dentre os fatores sistematizados pela autora, resumidamente, estão aqueles ligados à atual imagem da profissão docente e da escola, sendo estes fatores inter-relacionados aos baixos salários, ao desprestígio social e às condições do trabalho docente.

Em outra pesquisa, Bernadette Gatti (2010) expõe resultados sobre características dos interessados que buscam o curso de Pedagogia e demais licenciaturas. A pesquisa evidencia, entre outros problemas, que a origem de renda e de escolarização dos pais e mães dos estudantes de Pedagogia são os que mantêm padrões de escolaridade menor em relação aos estudantes dos demais cursos de licenciaturas. Verificou-se, também, que os estudantes dos cursos de Pedagogia são os que possuem menor renda familiar, informando-nos sobre desafios que devem estar na agenda de discussões sobre a questão da formação de professores no Brasil.

Estes estudos sugerem que a questão da formação de educadores de jovens e adultos não pode dispensar uma leitura sobre a conjuntura que, até o presente, parece ser desfavorável à carreira docente, em sentido amplo e, em específico, para a modalidade da EJA, e podem nos dizer muito sobre o perfil destes educadores sobre problemas mais sensíveis às políticas de formação, considerando que a oferta desta modalidade tem se concentrado na alfabetização e séries iniciais da educação fundamental, segmentos estes os quais vemos a presença de educadores formados, mais significativamente, nos cursos de Pedagogia.

Tal conjuntura exige tanto um olhar para os próprios cursos em referência, quanto articular movimentos dos interessados diretamente em discutir esta questão, dentro e fora do terreno acadêmico. Em relação à articulação de movimentos, penso que estes devem produzir repertórios



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

que visem avaliar os currículos formativos de professores, bem quanto ações governamentais, no sentido de melhorar a atratividade da carreira docente, como, também, de cartografar<sup>1</sup> processos formativos, fora do *locus* acadêmico.

Esta disposição de olhares, no seu conjunto, nos parece ter relevância para (re) posicionar pesquisadores e educadores na produção de sentidos da ação para políticas de formação de educadores para/na modalidade EJA .

### **Formação de educadores de jovens e adultos: pensando um inventário no campo da educação escolar**

Na oportunidade que o V SNF me oferece, gostaria de compartilhar questões a partir de meu olhar sobre o que venho chamando de *inventário*<sup>2</sup> criado e recriado sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O inventário como acervo de memória e história pretérita e do tempo presente que, muito embora não seja exclusivo do espaço acadêmico, também, tem lugar junto aqueles e aquelas que nas escolas e em outros espaços educativos produzem, compõem e recompõem a fortuna política, epistemológica e pedagógica da EJA como produção histórico-social.

Busco me inserir no debate temático proposto por este seminário, a partir de um inventário, em linguagem gramsciana. Nele fazem parte os estudos dedicados a desenhar tanto a cartografia teórico-epistemológica e metodológica da EJA (HADDAD, 2000 e 1987); as reflexões em ensaios dedicados a compor panoramas, em tempo em curso, complexificando os desafios de redefinir a Educação de Jovens e Adultos, se lançando a construir visões retrospectivas e prospectivas (DIPIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001) sobre este campo; as pesquisas sobre a formação inicial de educadores da EJA nos cursos de licenciaturas (SOARES, 2013 e 2006), bem como a presença destes estudos nos programas de pós-graduação (LAFFIN e GAYA, 2012) e os trabalhos compartilhados junto a Moura (2009) e Freitas (2012, 2007), cujos encontros auspiciosos nos sertões de Alagoas, iniciados no ano de 1999, tem gerado ricos diálogos sobre perspectivas político-epistêmicas relativas à alfabetização de jovens e adultos da classes populares.

<sup>1</sup> Por se tratar de uma noção fundamental para este trabalho, a mesma será abordada na terceira parte deste texto com a nomeação de *cartografia da ação*, a partir das contribuições de Ribeiro (2009).

<sup>2</sup> Tomamos de empréstimo o sentido desta palavra em Gramsci (1991, p. 12) quando propõe que todo o início de uma elaboração crítica exige um “conheça-te a ti mesmo”. Trazemos para a EJA esta perspectiva, a partir do que outros nos legaram e deixaram marcas que beneficiam este inventário.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

Vejo a necessidade de lembrar que exceto pelo primeiro estado da arte realizado por Haddad em 1987, os demais foram elaborados a partir da criação do GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultos, no ano de 1999, após interlocução realizada com os GTs Educação Popular (GT 6) e Movimentos Sociais (GT 3) cujo acesso à página do GT 18, nos oferece, em seu histórico, um resumo deste processo em ordem cronológica:

1995/1996 - pesquisadores da área de Educação de Jovens e Adultos (EJA) iniciam diálogo com o GTs de Educação Popular e de Movimentos Sociais (em que vinham inseridos)

Objetivo: Repensar interfaces entre os campos: um GT específico para a EJA?

Motivação: Temáticas e objetos de estudos tangenciando propostas dos GTs, carecendo de locus próprio, para serem aprofundados.

1997 - Reunião anual - amadurecida a idéia e avaliada a produção teórica na área: proposta encaminhada à Assembléia Geral e aprovada (juntamente com mais dois Grupos de Estudos)

1999 - Balanço avaliativo da atuação do GE: aprovação em definitivo como GT 18 de Educação de Jovens e Adultos pela Assembléia Geral

Princípio que deu origem ao GT18: somar-se às produções da Educação Popular e de Movimentos Sociais, contribuindo para que muitos pesquisadores não-participantes da Anped fossem estimulados a fazê-lo, por se sentirem identificados com essa nova organização temática. Manutenção do diálogo com os GTs: trabalhos encomendados comuns, minicursos e sessões especiais.

Muito embora a dinâmica de trabalhos em comum entre estes GTs continue a se mostrar profícua e vigorosa, a meu juízo, o artigo publicado por Haddad e Di Pierro (2000), em ensaio de caráter político-historiográfico de grande fôlego, acentua a linguagem da escolarização de jovens e adultos. Linguagem esta assentada no ideário republicano e inscrita pela Carta Magna de 1988 e no conjunto de legislações que veio a regulamentar a sua oferta como um eixo de confluência de problemas e inquietações que afetam a realização do direito à educação de jovens e adultos.

No curso sinuoso dos dezesseis anos desta travessia<sup>3</sup>, a questão sobre a formação de educadores, entre outras, tem sido abordada como uma das emergentes problemáticas percebidas por pesquisadores em diferentes fóruns de reflexão sobre a educação para jovens e adultos.

Na difícil travessia da formação de professores de jovens e adultos, Machado (2008) descreve dois movimentos deflagrados no campo da formação de professores para atuar na EJA. O

<sup>3</sup> O GT 06 inventaria e discute a sua “travessia” através de trabalho encomendado elaborado por Reinaldo Fleury e Marisa Vorraber Costa - Travessia: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular (2000).



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

primeiro movimento partiu das dificuldades dos conselhos estaduais de educação em interpretar os Art. 37 e 38 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), relativos à EJA. Assim, educadores e pesquisadores do campo da EJA demandaram consulta pública e audiências junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), resultou na elaboração do Parecer e Minuta de Resolução das Diretrizes Curriculares para a EJA (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), instrumento legal, e de inequívoca importância, através do qual se estabeleceu explicitamente a necessidade da formação específica de professores de jovens e adultos. Como registrado no parecer,

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (CURY, 2000, p. 50).

Em relação ao segundo movimento, Machado (idem) destaca a liderança da sociedade civil na criação dos Fóruns de EJAs, articulados desde o ano de 1996 e que se mantém como dispositivos plurais e de caráter democrático para a promoção dos debates em torno da política pública para jovens e adultos.

A despeito das conquistas legais originadas das difíceis travessias percorridas por educadores, professores e pesquisadores de EJA, reconhecemos nas preocupações anunciadas pelo VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (VII ENEJA), realizado em 2005, um dos momentos de preparação da virada nestes fóruns que têm animado a EJA em torno da questão da formação do professor de jovens e adultos.

Nesse encontro, pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior do Brasil discutiram e encaminharam ao Ministério de Educação a necessidade de realização de um seminário nacional sobre o tema da formação de professores e educadores de jovens e adultos, que veio a ser materializado no ano de 2006 e no ano de 2007.

Em busca de criar condições objetivas para responder às inquietações relativas à formação de educadores da EJA, pesquisadores da área questionaram sobre quais seriam os impactos que uma formação específica poderia provocar para a qualidade da educação de jovens e adultos, qual seria o



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

perfil deste educador e a quem caberia formar este educador para esta modalidade.

Tais questões resultaram em recentes produções respectivamente organizadas por Soares (2007) e Machado (2008), e nos oferece um rico painel no qual anunciam questões, entre outras, a serem perseguidas no percurso da travessia em que nos convoca a (re) afirmar ou (re) pactuar consensos sobre, por exemplo, princípios e fundamentos teóricos, políticos e epistemológicos para formação de educadores na modalidade de EJA.

Registramos neste breve inventário marcas que não foram removidas, mas parecem precisar ser reafirmadas para dar plano aos fundamentos aos quais os processos formativos dos educadores de jovens e adultos não podem deixar de serem vinculados.

Na voz de Soares (2006, p.10), este processo encontra-se em construção e deve estruturar-se a partir da história da EJA, na construção da fronteira *entre os movimentos e as organizações sociais, de um lado, e os sistemas educativos, de outro, inspirando-se nas experiências emancipatórias, de modo a revitalizar as estruturas e a dinâmica do espaço escolar.*

É necessário darmos continuidade e densidade às nossas reflexões sobre o tema, uma vez que a organização verticalizada e fragmentada dos currículos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas se confrontam com uma tradição contrária a esta organização pois as referências da EJA pautam-se em princípios que são *a interdisciplinaridade, a dialogicidade, a “diversidade subjetiva – cultura –, a transformação do sujeito e suas relações sociais, a centralidade no trabalho como produção social, na escola, como objeto de análise/espaço de trabalho e efetivação do direito à educação* (MACHADO, 2008, p. 162).

O deslizamento do GT 18 para um *locus* próprio, pelas referências dos autores com os quais dialogo neste texto, e as pesquisas e movimentos cartografados a partir dos estudos de corte acadêmico, aqui citados, remove dúvidas de que a formação inicial de educadores para a EJA deve ser de duração mais alongada, ou seja, realizada nos cursos de Pedagogia e licenciaturas, sendo a escolarização elevada como eixo de preocupações, fazendo-se necessário atualizarmos as matrizes político-epistemológicas e metodológicas de Paulo Freire, sobretudo, no campo da docência (FREIRE, 1989).

Mas há outros desafios a serem enfrentados. Ou seja, diante dos limites de flexibilidade dos currículos com objetivos básicos para a formação de professores para qualquer modalidade e, como lembra Moura (2009) da permanência de um silêncio obsequioso das próprias universidades e



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

institutos superiores de ensino para com esta modalidade de ensino e, por conseguinte, da formação de educadores da EJA.

De todo modo, estamos inquietados pela “espora da contradição” (BRECHDT, 2005) e o que significa estar na “fronteira” entre tradições de lutas emancipatórias e a escola, uma instituição de complexo estatuto eivado pelo tensionamento entre conhecimento, currículo e sociedade. Enquanto instituição, a escola recebeu e continua a receber críticas, equivocadas ou acertadas, como bem sabemos, enquanto um dos centros organizadores da hegemonia do Estado. Mas, também, enquanto instituição da sociedade capitalista, podemos conhece-la melhor, como lugar de possibilidades que podem suscitar ações emancipatórias, quando a olhamos como um lugar que nem mascara a desigualdade, nem é ela o instrumento exclusivo da sua reprodução.

Sem dúvida a escola como lugar a quem jovens e adultos tem recorrido, seja para elevar a sua escolarização para reprodução da vida ou por motivações subjetivas que dão ânimo à *ilusão fecunda* (SPÓSITO, 1993) e representa a conquista pelo direito à escola, e um dos mais importantes repertórios das lutas das classes populares e trabalhadora, constituindo um dos seus patrimônios coletivos.

De todo modo, a invenção da escola nos faz concordar com Rancière (1995, p. 55) de que ela é o lugar da visibilidade simbólica da igualdade e de sua negociação real, porém, a despeito de ser uma invenção democrática, no Brasil, nossa peculiar história republicana, e recente fundação jurídica do Estado Democrático, tem exposto os limites desta invenção para jovens e adultos trabalhadores, posto que a escola para os pobres, a despeito dos avanços para o seu acesso, explicitam, paradoxalmente, que o direito à escola vem se dando sob a égide da *inclusão degradada* (MARTINS, 2002). Vale dizer que a ampliação da oferta de vagas, a chamada igualdade de oportunidades, é combinada com uma crescente degradação material e simbólica da escola pública, sobretudo no processo de escolarização de jovens e adultos trabalhadores.

Com efeito, os programas de formação de professores de jovens e adultos devem questionar as produções das desigualdades que não podem, por si só serem explicadas, mas encontrar as suas raízes na formação social e econômica da sociedade brasileira.

**Políticas de formação de professores: processos formativos de educadores de jovens e adultos na arena de disputas de sentidos**



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

A rigor, ao menos nas duas últimas décadas, inúmeros debates e reflexões no campo da formação de professores vieram e continuam expressando uma profunda e tensa disputa na tentativa de responder às perguntas anteriormente formuladas.

Como se refere Medeiros (2005), estes movimentos encontram-se em *estado de ebulição*, sobretudo a partir da crise aberta diante dos sinais de esgotamento do modelo hegemônico da racionalidade técnica presente nos processos formativos regulatórios da formação de professores.

Entretanto, Oliveira (2008, p. 33) evidencia outras motivações para esse novo *estado de ebulição* ao nos lembrar que, após serem tidos como *insumos e ignorados* pelas reformas que marcaram a América Latina nos anos de 1950 e 1960, os professores ressurgem nas reformas iniciadas na década de 1990 como *agentes centrais nos programas de mudança* na perspectiva da Teoria do Capital Humano.

Por sua vez, Torres (1998) analisa, à luz dos documentos produzidos pelo Banco Mundial (BM) para as políticas educacionais no curso dos anos de 1990, que o modelo de formação docente defendida por este organismo, entre outros objetivos, ignorou os antecedentes, o conhecimento e a experiência acumulados pelas outras agências formadoras, isolando a formação continuada de professores das outras dimensões do ofício docente, tais como salários, condições de trabalho, bem como a necessária complementaridade existente entre saberes conteudísticos (o que ensinar) e metodológicos (como ensinar). Considerando as reformas educacionais implementadas durante este período, Freitas (2002, p. 138) chama atenção para o fato de que a intensificação dos debates sobre as políticas de formação de professores entrelaça formas contraditórias materializadas nos/pelos movimentos dos educadores em sua trajetória a favor da reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação, bem como pelo processo de definição das políticas educacionais.

Tais políticas erigidas a partir do conjunto de medidas de caráter oficial<sup>4</sup> tiveram, como analisa a autora, o propósito de realizar ajustes e flexibilizar currículos dos diferentes cursos de formação de professores, subordinando o campo da formação de professores às orientações neoliberais de reestruturação produtiva.

A despeito destas ofensivas de corte neoliberal, colocamos nossas reflexões e pontos de vista sobre sentidos da formação docente sem descuidarmos de que se tratava, também, de estarmos nos

<sup>4</sup> Entre as principais políticas oficiais destacam-se os Referenciais Curriculares para Formação de Professores (1999), o Parecer nº 115/99 que criou os institutos superiores de educação, as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica em Nível Superior (2001).



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

movendo em uma arena de disputas pela hegemonia de sentidos sobre formação de professores (ALVARENGA, 2011), tomando como uma das referências à reflexão crítica de Arroyo (2006) quando este sugere a necessidade de radicalizarmos os tensionamentos já em curso sobre as políticas de formação de educadores e professores da EJA. Reflexão esta explicitada no I Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens e Adultos realizado em 2005, em Belo Horizonte em que este autor nos alertara sobre o fato de que, em se tratando de políticas de formação de educadores e professores de EJA, a arena encontra-se aberta às lutas políticas e epistemológicas portadoras de projetos de diferentes matizes e sentidos. Esta situação é metaforicamente, explicada pelo autor, ao compreender que (...) *Todo terreno que é cercado, termina logo nas mãos de alguém, de um proprietário, e acaba sendo um lugar onde só se cultiva a monocultura* (ARROYO, 2006, p.19)

Na tentativa de nos aproximarmos do campo de disputas pela hegemonia de sentidos sobre políticas de formação de professores, vale recuperarmos que na assunção dos professores como trabalhadores, os movimentos deflagrados por esta categoria social em todo território brasileiro, em especial a partir da década de 1970, trazem pistas importantes para compreender início e continuidades de agendas de lutas que indissociam a questão da formação de professores com melhores salariais e condições de trabalho para o exercício da profissão. Indissociabilidade esta articulada à democratização da sociedade e da escola.

O contexto dos anos de 1990 no qual a questão política da formação de professores emerge com intensidade em face às novas regulações do trabalho assalariado, desafiou o pensamento e as ações políticas dos movimentos dos trabalhadores da educação que, desde a década 1970 no Brasil, mesmo durante o regime militar, vêm protagonizando mobilizações de massa em defesa de melhores condições de trabalho e de valorização da carreira docente.

Tais movimentos, informados pela questão política, social e econômica, teceram no contexto do autoritarismo do regime militar condições e objetivações das lutas na dupla perspectiva de classe trabalhadora e categoria profissional. Ferreira Jr. (2011 p. 50) analisa que as lutas sindicais dos professores, em especial, os das redes estaduais só foi possível em se constituir como um fenômeno da realidade socioeconômica brasileira em consequência do próprio *crescimento orgânico de forma extremamente complexa e diversificada das classes médias na estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea*. Para o autor, o contexto de suspensão das liberdades democráticas



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

associadas ao arrocho salarial ao qual estavam submetidos os professores gerou disposições em termos de organização destes profissionais em sua forma sindical. Nestes termos,

Para fazer frente ao processo de proletarização a que estavam submetidas no âmbito das relações capitalistas de produção, essas novas categorias profissionais das classes médias, incorporaram a tradição clássica da classe operária fabril, isto é, de se organizarem em sindicatos para defenderem os seus interesses econômicos imediatos.

Há, no entanto, que se ressaltar que estes movimentos não foram monolíticos ou obedeceram a uma mesma direção político-organizativa. Estudo realizado por Miranda (2011) analisa que a unidade do sindicalismo docente apresenta tensões e rupturas, experiências das mais diversas no que diz respeito à *heterogeneidade das formas organizativas*, bem como a dimensão territorial brasileira associada à inexistência de um sistema nacional de ensino, na esteira das reflexões de Saviani (2002) em que pese a perspectiva de uma política educacional.

A despeito dos obstáculos assinalados pela autora, é importante resgatarmos que os movimentos de professores, em suas representações político-sindicais, foram dos mais atuantes setores da sociedade civil participantes do II Congresso Nacional da Educação (II CONED) que animaram o processo de elaboração, do Plano Nacional de Educação (PNE/2001-2011) – Proposta da Sociedade, no ano de 1997, no estado de Minas Gerais, contrapondo-se ao projeto do PNE elaborado no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.

Relativamente ao tema sobre Formação dos Profissionais da Educação, item 3.3.4, o PNE da Sociedade assinala que,

Nenhum sistema educacional pode considerar a perspectiva de manter ensino de qualidade, sobretudo de qualidade social, a não ser que se disponha a investir com seriedade na formação básica e continuada dos profissionais da educação e, de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais.

Especialmente em relação à formação inicial e continuada de educadores de jovens e adultos, o PNE da Sociedade enfatizara que a proposta político-pedagógica dos programas de Educação de Jovens e Adultos, devem partir do reconhecimento das características sócio-políticas, afetivas e culturais de cada grupo tendo como objetivos: *a elaboração das diferentes linguagens de expressão e comunicação; o desenvolvimento da habilidade de problematização; a utilização de*



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

*fontes variadas de informação (...); a busca do conhecimento necessário à compreensão da realidade e à articulação de ações coletivas.*

Para a consecução desta proposta político-pedagógica, *no nível de qualidade social indispensável*, o documento ressalta que esta não se realizará *sem a atuação de educadores com ela totalmente comprometidos, o que remete à formação específica - técnica e política - necessária*. Destacamos neste documento a centralidade das universidades como principais responsáveis pela formação de professores, estendendo, também, o papel formativo destas instituições para a EJA, ao considerar que:

Caberá, sobretudo, às universidades participação ativa e igualmente comprometida nos processos de preparação desses profissionais e de elaboração de materiais pedagógicos e de apoio, além de, especialmente, contribuir, pela pesquisa, para a produção e sistematização de conhecimentos na área.

Chamamos atenção para o fato de que o destaque dado pelo documento às universidades nos permite compreendê-las como contexto da enunciação (BAKHTIN, 2000)<sup>5</sup> sobre o sentido de formação de professores de jovens e adultos. Aprendemos com Bakhtin que a palavra não pertence unicamente a um sujeito, ela não é um produto individual, tampouco é expressão de uma só voz, já que não existe um sujeito fundador e senhor do sentido da palavra. Nesta perspectiva, este autor nos afirma que o *centro organizador de toda enunciação*, é exterior e material, ou seja, toda expressão verbal é formada pelo meio social que envolve os sujeitos, o seu *centro organizador* está situado no contexto social que constitui o conjunto das relações sociais da sociedade humana.

Em contraposição a estas orientações, parece-nos que o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE- 2010) sobre o Eixo Formação e Valorização dos/as Profissionais da Educação enfatiza, em grifos, aspectos formativos a partir dos encaminhamentos feitos pelo Documento do II CONED (1997) – Proposta da Sociedade Brasileira. Reafirma, assim, princípios que podem ser compartilhados naquele Congresso, ao considerar que

<sup>5</sup> Em suas formulações sobre dialogismo, Bakhtin esclarece que os enunciados se constituem em *unidades reais* da comunicação. Assim, a enunciação é formada pelo encadeamento dessas unidades que correspondem aos elos na cadeia da comunicação verbal.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

Tanto a **formação** de profissionais para a **educação básica**, em todas as suas etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades (educação profissional, de jovens e adultos, do campo, escolar indígena, especial e quilombola), como a formação dos profissionais para **educação superior** (graduação e pós-graduação), independentemente do objeto próprio de sua formação, devem contar com uma base comum, voltada para a garantia de uma concepção de formação pautada pelo desenvolvimento de **sólida formação teórica e interdisciplinar** em educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos e nas áreas específicas de conhecimento científico, pela unidade entre **teoria e prática**, pela centralidade do **trabalho** como princípio educativo na formação profissional e pelo entendimento de que a **pesquisa** se constitui em princípio cognitivo e formativo e, portanto, eixo nucleador dessa formação. Deverá, ainda, considerar a vivência da **gestão democrática**, o compromisso social, político e ético com um projeto **emancipador e transformador das relações sociais** e a vivência do trabalho **coletivo e interdisciplinar** de forma problematizadora. (CONAE, 2010, p. 79)

O que também nos chama atenção nesta formulação é que não nos parece que este documento defende uma proposta formativa única, e em uma primeira leitura, abre possibilidades para pensar outros *locus* para processos formativos com a mirada para produção de políticas públicas para formação de professores.

Dentro desta perspectiva me apoio em Kuenzer (2015) quando esta analisa que as trajetórias de formação sistematizada dos professores desenvolvem-se de forma combinada com processos de formação/desqualificação que ocorrem no âmbito das relações sociais e produtivas.

É possível, desse modo, observar que se no capitalismo há projetos educativos antagônicos é forte supomos que no conjunto das relações sociais e produtivas não existe um projeto único de formação de professores, independentemente do nível, da etapa ou da modalidade de educação que esteja sob o crivo da análise.

Com efeito, não temos dúvidas de que na sociedade capitalista há projetos pedagógicos contraditórios, consoantes com a classe social da qual os sujeitos da escolarização têm origem, como bem avalizam o profícuo acervo bibliográfico da educação em suas interfaces fundadas nas ciências humanas e sociais. Assim, tenho compreendido que, também, não é possível existir uma única proposta de formação de professores, mas propostas que se diferenciam a partir das formas históricas de organização e gestão do trabalho, conforme sublinha Kuenzer, visando atender demandas desiguais e diferenciadas de formação, nas quais se confrontam finalidades e interesses contraditórios.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

### Formação de educadores de jovens e adultos: possibilidades de cartografias de políticas formativas?

Diante da proposição reflexiva que expus na seção anterior, volto aqui ao problema da formação de educadores da EJA como campo polissêmico e lanço outra pergunta: é possível criar consensos neste campo? Uma política nacional de formação de professores admite a polissemia? Seria possível fazer desta polissemia o benefício de um inventário, sendo a polissemia uma maneira de construir a nossa tradição sem nos desnudar do nosso vínculo com a educação popular e movimentos sociais?

Quando falamos de e sobre formação de educadores de jovens e adultos, precisamos levar em conta que esta palavra, como criação verbal, não é apenas um signo fixado em um sistema de regras lingüísticas, mas uma palavra carregada de confrontos e conflitos de longo percurso que se atualizam e atravessam as relações e as práticas sociais cotidianas da existência dos sujeitos que a dizem.

Como professora de uma unidade periférica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – a Faculdade de Formação de Professores - e vinculada a um grupo de pesquisa em que a polissemia de objetos de estudo, referências teóricas e caminhos metodológicos nos desafiam, interna e externamente, ao diálogo – O Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação, temos buscado, permanentemente, confluências entre os temas Formação de Professores – Memórias e Histórias das Escolas – Políticas e Movimentos Sociais. Neste grupo, temos nos fortalecido a partir dos seminários internos e externos nos quais buscamos a unidade na diversidade, ao interrogarmos o contexto, como dimensão do *lugar* para os temas que pesquisamos.

Do ponto de vista epistêmico, nos ancoramos no diálogo com Santos (1999, 1994) ao compreendemos, com este autor, que a dialética entre mundo e lugar reflete e refrata o movimento da realização histórica do concreto. Para Santos, *o mundo está aí e o lugar colhe no mundo atributos que o realizam histórica e geograficamente. É o mundo que se dá seletivamente no lugar.* É necessário, pois, realizar a leitura do lugar como categoria político-epistêmica, mas, também, como categoria prático-política com a qual perscrutamos sentidos da ação de diferentes grupos sociais, os professores, em específico, que o tencionam na disputa de sentidos sobre políticas de formação, entre outros interesses que visam o atendimento de suas demandas.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

No diálogo com Santos, em especial em sua formulação teórica sobre a *epistemologia existencial*, somos instigados a realizar o exercício de estudar o que cada *lugar* tem de singular, de específico, de diferente para compreendermos como os sujeitos agem e produzem modos de vida, relações e práticas sociais.

Recorremos, também, à formulação teórica de Bourdieu (1997) para quem o lugar como parte do real é onde o espaço social se *retraduz* no espaço físico e a relação entre a distribuição de bens e serviços no espaço físico define o valor do espaço social reificado, o alcance das políticas de democratização do direito à educação que, a despeito dos consideráveis avanços nas duas últimas décadas no Brasil, tem se confrontado com paradoxos produzidos sobre o abrigo de uma política universal.

Vale dizer que o avanço e refluxo na cobertura quantitativa para a educação de jovens e adultos não foi capaz de superar algumas das principais tensões, entre elas, a sua institucionalização como política pública, para além dos programas emergenciais, a sua relação com a díade trabalho-educação, formação de professores com base formativa para o trabalho de jovens e adultos, e a histórica questão da alfabetização de jovens e adultos.

Como pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Vozes da Educação, nas diligências investigativas sobre as questões que inquietam a modalidade EJA, venho me propondo a realizar cartografia sobre sentidos de políticas de formação de educadores de jovens e adultos, buscando construir junto a orientandos da graduação e da pós-graduação e, em interfaces com colegas do Núcleo Vozes da Educação, uma cartografia de políticas formativas de educadores de jovens e adultos.

Do ponto de vista metodológico, recorremos à contribuição de Ribeiro (2011,1996) que propõe realizar a *cartografia da ação*, ou seja, realizar o exercício teórico-metodológico de registro dos conflitos sociais no território que tangenciam o direito à educação de jovens e adultos. Deste modo, tenho me dedicado a interrogar sentidos dos processos formativos de educadores de jovens e adultos, considerando, conforme propõe Ribeiro, que o acompanhamento analítico destes sentidos apresenta desafios de método que não podem ser respondidos, totalmente, a partir das políticas de formação de caráter mais abrangentes ou gerais.

Nesta seção, cabe esclarecer sobre a perspectiva de cartografia que assumimos nos trabalhos que vimos realizando. Ou seja, um sentido de cartografia que vise à valorização dos lugares vividos,



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

formativos de educadores, em particular o da escola, onde o trabalho docente ganhe força reflexiva, criadora e transformadora.

Uma *cartografia da ação* não trata de mapa fixo e não aparece como instrumento isolado ou como ilustração de textos com critérios estéticos, mas, sim, como ferramenta analítica e como sustento da memória dos outros (RIBEIRO, 2009). Nesse sentido, propõe-se uma cartografia incompleta, uma cartografia que seja dos usos e das funções do espaço institucional da escola, mas submetida à ação, sendo os seus sentidos procurados nos registros das práticas de educadores de jovens e adultos, das memórias docentes e pedagógicas das escolas como estratégia de repertórios de processos formativos que possam ser compartilhados para atender a objetivos comuns.

Para organizar o processo de registros e análise de significados, compondo uma primeira *cartografia da ação* sobre políticas de formação de educadores de jovens e adultos, temos buscado identificar escolas que tem realizado movimentos formativos em diálogo com universidades, governos e sindicatos de professores das redes públicas localizadas nas microrregiões do Leste Metropolitano Fluminense, Baixada Fluminense e municípios fora do estado do Rio de Janeiro.

Temos construído uma cartografia que se refaz a todo o momento, pois é realizada a partir de registros das fontes documentais escritas tanto das imagens, quanto das vozes dos diferentes sujeitos envolvidos com a EJA e dos veículos de comunicação mobilizados pelos seus agentes, cujos sentidos expressem questões, problemas, projetos, concepções sobre processos formativos de educadores de jovens e adultos.

É preciso esclarecer que esta cartografia tem sido discutida, tanto junto aos educadores, em encontros sistemáticos nas escolas, quanto a partir da organização de dois eventos de periodicidade trienal: os seminários Vozes da Educação, que no ano de 2013 realizou a sua 5ª edição e os seminários Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores que, em 2014, realizou a sua 3ª edição.

Os registros para uma cartografia dos processos formativos têm sido possível através de quatro principais estratégias, até o momento:

A criação dos núcleos de memórias e histórias das escolas que oferecem a modalidade EJA que permitem a reconstrução e ativação da memória dos educadores envolvidos e pedagógica da escola, núcleos estes compreendidos como estratégias de participação para a reelaboração das



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

práticas como campo de saberes da EJA, envolvendo o levantamento de fontes para documentação enunciativa e organização de acervos de práticas pedagógicas pretéritas que movimentam, informam, ou não, práticas pedagógicas presente ou coetâneas.

A partir de atividades de extensão e pesquisa, até o ano de 2014 foram criados 10 núcleos de memória na cidade de São Gonçalo cujos resultados tem sido divulgados nos principais eventos: Seminários Vozes da Educação, Congresso (auto) biográfico, Redes Educativas. Destacamos que o Colégio Estadual Clélia Nanci, única escola pública a oferecer o curso de Formação de Professores, em nível, médio, com 50 anos de fundação, foi tema de publicação de um livro organizado por Bragança e Araújo (2014).

Registramos, também, que a primeira escola municipal com oferta de EJA na cidade de São Gonçalo constituiu o seu núcleo de memória, tendo a defesa do direito à educação de jovens e adultos o principal fio de organização da documentação da escola e da formação social dos educadores que trabalham nesta unidade.

- As reuniões pedagógicas realizadas nos encontros mensais, conferidas pelos calendários letivos oficiais das secretarias municipais de educação, são (re)inventadas pelos educadores, especialmente as reuniões realizadas na Escola Municipal Barro Branco, em Duque de Caxias, que explicitam em seus objetivos e sistematizam, em documentos e memoriais, ações pedagógicas concebidas como dimensão política das práticas dos educadores e que estimulam as práticas reflexivas a partir dos outros de outros que trabalham e /ou transitam na escola: estudantes, comunidade, organizações sociais, sindicato (SEPE-DC), pesquisadores de universidades convidados.

Os resultados destas estratégias foram publicados em vários artigos acadêmicos e capítulos de livros organizados, entre eles “Professoras pensam a cidade” (ALVARENGA, M. S.; DAVID, F., 2011), com o apoio do Centro de Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense”, no livro “Educação Popular, Movimentos Sociais e Formação de Professores” (ALVARENGA, M. S. et al, 2012) e o livro “Poder local e políticas educacionais em periferias urbanas do Estado do Rio de Janeiro” (no prelo/FAPERJ, 2015).

A constituição destes campos de saberes tem a intenção de intervir politicamente nos debates públicos da educação através da linguagem dos educadores, do mundo da escola e das experiências educativas e, a partir deste mundo, contribuir para a formulação de políticas públicas, como foi o



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

caso da participação dos educadores da EJA nos fóruns de discussão e elaboração do Plano Municipal de Educação das cidades de São Gonçalo, no leste fluminense, e da cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, cujos resultados, do PME de São Gonçalo, compartilhamos na 28ª reunião anual da ANPED. (ALVARENGA, 2009).

- Recuperação de registros de processos formativos de educadores da EJA construídos a partir do movimento sindical que foram reconhecidos como política pública por governos locais. Neste traço estratégico da cartografia, o Projeto de Educação de Trabalhadores (PET), formalizado em 1995, surgiu como resultado da parceria entre a Escola Sindical Sete de Outubro, da Central Única dos Trabalhadores (ESSO-CUT) e a prefeitura municipal de Belo Horizonte (PBH).

O projeto nos chamou a atenção por envolver a relação entre movimentos sociais, sua complexa inserção estatal (ser desenvolvido em uma escola pública da rede municipal) e um grupo de educadores de jovens e adultos desta rede, cuja tríade incidiu sobre processos de formação destes educadores, uma formação defendida pelos organizadores do projeto que se dava na reflexão da ação compartilhada tanto com os estudantes jovens e adultos trabalhadores quanto com os movimentos sociais locais, regional e nacional.

A concepção do projeto pedagógico do PET, a proposta curricular e formativa dos educadores de EJA encontra-se no livro “Projeto de Educação de Trabalhadores: pontos, vírgulas e reticências” (NUNES, A. e CUNHA, C., orgs, 2009). É preciso fazer registro que o PET foi extinto, no ano de 2012, mas se inscreve na cartografia da ação de processos formativos de professores, compondo um valioso repertório destes processos.

- O “Censo dos Egressos das Licenciaturas”, iniciado em 2009, que tem como demanda institucional, produzir um amplo e sistemático levantamento do número de estudantes egressos formados pela unidade, investigando principalmente, sobre a situação profissional e na carreira docente.

Através de questionário eletrônico, o projeto tem como principal objetivo investigar a inserção profissional dos egressos (aprovação em concursos públicos, a realização de cursos posteriores - pós-graduação...), realizar uma avaliação dos cursos e verificar o interesse em retornar a Unidade para realização de outros cursos.



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### **Considerações finais**

Ao tomar o delineamento teórico-metodológico da cartografia de processos formativos de educadores da EJA, buscamos destacar que não podemos desprezar das relações entre diferentes escalas de poder econômico e político nas quais se interrelacionam tensões que repercutem nas escolas, mas, que delas, também, refratam tensões para políticas de escopo mais amplo, ainda que indiretamente, refletindo lógicas de formação/desqualificação dos educadores.

Entendemos que a questão da formação de educadores da EJA envolve uma diversidade de processos formativos que deva ser sistematicamente cartografados, o que faz com que esta questão deva ser mais bem compreendida, em sua polissemia, como contribuição para o debate das políticas públicas.

Nesse aspecto, compreendemos que é a partir dos contextos sociais das diferentes escolas, das universidades, dos movimentos sociais que emergem vários sentidos sobre formação de educadores que se interpenetram. O que, pode, na minha compreensão, fortalecer o campo de saberes educativos e pedagógicos da EJA, e ir, portanto, compondo um inventário que pelo caráter de sua inconclusão atualiza nexos com as matrizes epistêmicas e metodológicas da tradição freireana.

Nesta perspectiva, entendo ser bastante auspiciosa uma proposta de criar redes entre grupos de pesquisa inter-institucionais que possam ampliar as possibilidades de cartografar ações de processos formativos de educadores de jovens e adultos para o campo da EJA. Redes estas criadas e integradas desde as escolas até as universidades, abrigado e/ou compartilhado nos Fóruns EJA e que possam continuar a influenciar políticas públicas para a modalidade.

Entendo, mesmo que de forma provisória nos limites deste texto, que os resultados, questões e desafios da cartografia das ações dos processos formativos de educadores da EJA, a partir dos registros de documentação, contribuam para os estudos do estado de conhecimento da EJA como parte de um inventário de saberes cujos registros apoiados nas memórias e histórias de muitos e muitas possam constituir acervo de repertórios para ações que nos ajudem a perguntar sobre os dilemas da prática e a construir repertórios que tanto política, quanto epistemicamente possam fecundar os processos formativos de possibilidades emancipatórias.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

### Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, M. S. ; VELLOSO, L.; RIBETTO, A.. *Vozes da Educação - Formação Docente - experiências, políticas e memórias polifônicas*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ/CAPES, 2014
- ALVARENGA, M. S. ; PEREIRA, A. V. D. . "Novas" percepções sobre trabalho docente no Brasil: notas para o debate atual. In: Marcia Soares de Alvarenga; Lúcia Velloso Maurício; Anelice Ribetto. (Org.). *Vozes da Educação - Formação docente, -experiências, políticas e memórias polifônicas*. 1ªed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- ALVARENGA, M. S. Linguagens e Experiência na Educação de Jovens e Adultos. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, 2014
- ALVARENGA, M. S. *et alli*(Org.) (Org. *Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ/CAPES, 2012
- ALVARENGA, M. S. A "política dos outros" na produção de saberes e sentidos sobre formação de professores de jovens e adultos. *Educação em Foco* (Juiz de Fora), v. 16, p. 39-60, 2011
- ALVARENGA, M.. S. Leituras sobre movimentos sociais e ações organizadas em contextos urbanos: notas de diálogos sobre métodos. In: Ana Clara Ribeiro Torres; Andreilino Campos; Catia Antonia da Silva. (Org.). *Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas*. Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas. 1ed. Rio de Janeiro: Lamparina/Capes, 2011
- ALVARENGA, M. S. (Org.) ; DAVID, F. B . *Professoras pensam a cidade: a educação pública em debate*. 1. ed. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2011.
- ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos In SOARES, Leôncio. (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
- BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BEISEGEL, C. R. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n. 4, jan-abr, 1997, p. 26-34.1997.
- BELTRÁN, J. E MONTANÉ, A .Educación de personas adultas para La vinculación social. In. Teodoro, A. & Jezine, E. (Orgs.). *Movimentos Sociais e Educação de Adultos na Ibero América*. Brasília: Liber Livros, 2011.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis Vozes, 1999.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

BRAGANÇA, I. F. , ARAÚJO, M. S. *Experiências na formação de professores memórias, trajetórias e práticas no Instituto de Educação Clélia Nanci*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator Carlos Roberto Jamil Cury. Parecer CEB nº: 11/2000

BRECHT, B. *Diário de trabalho*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005

BRZEZINSKI, Iria. LDB/1996: uma década de perspectivas e perplexidades na formação de profissionais da educação. In: BRZEZINSKI, Iria(org). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, C.; NUNES, A. (orgs.). Projeto de Educação de Trabalhadores pontos, vírgulas e reticências. Belo Horizonte Adrilene Marize Nunes, 2009. (s/e)

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, DF: MEC, 2010. v. 1-2.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e políticas públicas para a educação de jovens e adultos. *Educação & Sociedade*. São Paulo, v. 26, n. 92, p. 1115-1139. Especial Out. 2005.

DI PIERRO, M. C. JOIA, O RIBEIRO, V. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. In. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, H. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. In *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação: Campinas*, v. 23, n.80, setembro/2002, p. 1-440.

FREITAS, M. ; COSTA, A.M. (orgs.) Proposta de formação de alfabetizadores em EJA. Maceió: MEC e UFAL, 2007.

FERREIRA, Jr. A. Movimento de Professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar. In DAL ROSSO, S. *et alii. Associativismo e sindicalismo em Educação – Organização e lutas*. Brasília : Paralelo 15, 2011.

GATTI, B. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HADDAD, Sérgio. Estado da arte da Educação de Jovens e Adultos. *Anais da 23ª Reunião Anual da ANPEd*. Caxambu-MG, 2000. Edição eletrônica.
- KUENZER, A. Formação de Professores e a Escola Básica. In. *Anais XXI Simpósio Nacional de Ensino de Física – SNEF 2015*
- LAFFIN, M. H. ; GAYA, S. M. Pesquisas e estudos sobre a formação inicial docente no campo da Educação de Jovens e Adultos. In *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, Vol. 1, nº 1, 2013
- LEME, L. F. Atratividade do magistério para a educação básica: estudos com ingressantes dos cursos superiores da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. FE/USP, 2012.
- MACHADO, M. M.. A prática e a formação de professores na EJA: uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998. *Anais da 23ª Reunião Anual da Anped*. Caxambu-MG, 2000. Edição eletrônica.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MEDEIROS, A. M. S. Formação de Professores sob a perspectiva da teoria crítica e das políticas educacionais. In *Educação & Linguagem*. Ano 8, n 11, p. 195-210, 2005.
- MOURA, T. M. Formação de educadores de jovens e adultos: realidade, desafios e perspectivas atuais. In *Práxis Educacional*. Vitória da Conquista: jul/dez, 2009.
- OLIVEIRA, D.A. O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização. *Retratos da Escola*, v. 2, p. 29-40, 2008.
- OLIVEIRA, E. C.. Os sentidos dos múltiplos espaços e tempos de formação na EJA. In SOARES, Leôncio. (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
- OLIVEIRA, E. Uma história no meio de tantas outras. A educação de jovens e adultos na Escola Municipal Barro Branco. ALVARENGA, M. S. (Org.). *Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ/CAPES, 2012
- OLIVEIRA, C. ROBERTI, L. H. Movimentos sociais, políticas públicas e formação de professores reflexões a partir da experiência do Projeto de Educação de Trabalhadores (Belo Horizonte, MG).
- ALVARENGA, M. S. et alli (Orgs. *Educação Popular, movimentos sociais e formação de*



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

*professores: outras questões, outros diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ/CAPES, 2012

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO – Proposta da Sociedade. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1997.

RANCIÈRE, J. *On the shores of Politics*. London: Verso, 1995.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: Hector Poggiese; Tamara Tania Cohen Egler. (Org.). *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009, v. , p. 147-156.

ROCHA, A. R. FREITAS, M. (Re)significando o currículo em educação de jovens e adultos em Maceió, na perspectiva de rede temática. In ALVARENGA, M. S. (Org.) ; SANTOS, R. E. (Org.) ; ALENTEJANO, P. R. (Org.) ; NOBRE, D. B. (Org.) . *Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ/CAPES, 2012

ROSSO, S. *et alii*. *Associativismo e sindicalismo em Educação – Organização e lutas*. Brasília : Paralelo 15, 2011

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In *Cadernos IPURR/UFRJ*, Ano XIII, vol 2, ago-dez, 1999.

\_\_\_\_\_. *Técnica espaço tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOARES, Leôncio. (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? In. TOMMASI, L., WARDE, M. J, HADDAD, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1998.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESPAÇO DE DIREITO E DE DISPUTAS

**Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Fórum de Educação de Jovens e Adultos de SC –FEJA SC

[herminialaffin@gmail.com](mailto:herminialaffin@gmail.com)

**Modalidade:** Painei

#### RESUMO

Este texto objetiva debater a formação docente para atuar na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no contexto de três ideias chaves: *o reconhecimento e reafirmação da EJA como política pública de Estado; o conceito de direito subjetivo à Educação de Jovens e Adultos no contexto das políticas públicas, e, por último, a definição e a compreensão da EJA como área de conhecimento, de pesquisa e de formação docente no contexto das universidades.* Para o desenvolvimento deste artigo, foram realizados estudos bibliográficos sobre política pública e pesquisa documental para a análise da presença ou não de estudos de EJA em cursos de Pedagogia e de Licenciaturas nas Universidades Federais Brasileiras. Como principais contribuições teóricas sobre políticas públicas são fundamentais os estudos de Azevedo (2004) e Hofling (2001) e no âmbito dos direitos à educação de Jovens e Adultos, Sartori (2011). Fundamentam o estudo na questão da formação Soares (2012), Laffin (2012) Laffin e Gaya (2012) e Ventura (2012). Debatem-se o "compromisso, a competência e a responsabilidade" do Ministério da Educação e das universidades, para com a formação de Educação de Jovens e Adultos nos Cursos de Pedagogia e demais licenciaturas. Tais cursos formam docentes para a Educação Básica, portanto, evidencia-se a necessidade de que os currículos dos cursos cumpram a legislação nacional para com a EJA. Nesse contexto de projetos políticos conflitantes é necessário exigir do Ministério da Educação a definição e a implementação de políticas públicas, para a formação dos educadores. Historicamente, essas demandas vêm sendo exigidas, tanto no âmbito da realidade objetiva de estudantes e docentes de EJA, dos resultados das pesquisas acadêmicas, como dos movimentos e representações sociais, particularmente no âmbito dos fóruns de EJA.

#### PALAVRAS-CHAVE

Educação de Jovens e Adultos, Formação docente, Direitos, Políticas públicas.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### 1. INTRODUÇÃO

Um campo aberto a qualquer cultivo e sementeira será sempre indefinido e exposto a intervenções passageiras. Pode se tornar um campo desprofissionalizado. De amadores. De campanhas e de apelos à boa vontade e à improvisação. Um olhar precipitado nos dirá que talvez tenha sido esta uma das marcas da história da EJA: indefinição, voluntarismo, campanhas emergenciais, soluções conjunturais (ARROYO, 2005, p.19).

O debate apresentado neste painel intitulado: Política nacional de formação para educadores de EJA toma como provocações iniciais duas “falas” que emergem de diferentes lugares, (mas, sobretudo de um lugar ainda de indefinições, apesar de seu cultivo e sementeira ter produzido ramos fortes do marmelo que também neste texto se expressa), mas que se referem ao mesmo objeto: a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a formação de seus educadores/ professores.

A primeira provocação da sementeira é de uma acadêmica com matrícula especial no Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA)/da Universidade da Bahia<sup>6</sup>, a qual afirma

Sou formada em Licenciatura em Letras e quando passei a trabalhar na EJA, me vi frente a um novo desafio, pois não tinha formação para a EJA. Então o que fazia era de forma intuitiva, ia vendo o que dava ou não certo. Deu certo, continuo na EJA e aqui no Mestrado buscando estudá-la! (Nara Barreto –Salvador –BA)

Quando Arroyo (2005) alerta acerca do olhar precipitado, também chama a atenção para aquilo que se cultiva diante das emergências que o cotidiano em sua concretude apresenta na fala de Barreto. Quanto à segunda provocação, a segunda “fala”, também carrega os traços da história da EJA, marcada por sementeiras e intervenções persistentes. A mesma é do professor Leôncio Soares, na apresentação do livro *Educação de Jovens e Adultos: o que dizem as pesquisas?*, ao documentar uma investigação realizada pelo seu grupo de estudos a respeito dos trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -ANPEd no Grupo de Trabalho (18), Educação de Pessoas Jovens e Adultos: Em suas palavras ele afirma que

<sup>6</sup> Instituição em que a autora deste texto está desenvolvendo seu Pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade sob a orientação da Professora Dra. Tânia Regina Dantas.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

### V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma área que vem se afirmando no Brasil a partir das práticas, das pesquisas, da formulação das políticas e da legislação. Nos últimos 25 anos, desde o período marcado pela democratização do país, muitas foram as iniciativas que influenciaram a inserção dos jovens e adultos nas agendas das instituições formadoras como as universidades e nas definições de políticas governamentais. Em âmbito internacional, a Educação de Adultos apresenta um acúmulo que tem se expressado nas publicações e nas edições das CONFINTEAs desde 1949. Na América Latina, e no Brasil em especial, as práticas de educação popular dos anos 1950/1960 sedimentaram o campo em que jovens e adultos “oprimidos” se encontravam para viver experiências emancipatórias. De um período de “efervescência social” (PAIVA), passando pela “desobrigação” do estado para com a EJA (BEISEGEL), pelo tempo das “promessas” (FAVERO), é chegado o momento de avaliarmos o até aqui conquistado (HADDAD) e de esboçar o caminho a ser percorrido (DI PIERRO). Os anos 1980/1990 foram marcados pela entrada em cena de novos atores (SADER) e pela retomada de espaços. A Constituição de 1988 abriu os horizontes para a afirmação de direitos sociais, sendo nomeada de Constituição Cidadã (GUIMARÃES). O direito à educação de jovens e adultos se inscreve entre a reparação social que a sociedade foi levada a reconhecer. (SOARES, 2011, p. 15-16)

Como documentam esses registros históricos, constata-se que os sujeitos da sementeira, do arado não foram passageiros, mas construíram o direito objetivo das demandas, muitas vezes à revelia das soluções conjunturais.

Neste cenário, cabe aqui indagar: Com as contribuições dessas práticas, das pesquisas, da formulação das políticas, da legislação das pesquisas e dos movimentos indicadas por Soares (2011), questiona-se como têm sido acolhidas e efetivadas pelos órgãos reguladores, particularmente o Ministério da Educação (MEC) e pelas universidades em relação dos educadores/professores de EJA?

Questiona-se, ainda, de que forma e que agendas estão sendo realizadas para esse reconhecimento, tanto para com a oferta da EJA, como para a formação de docentes e, ao mesmo tempo indagar sobre as questões objetivas da formação a ou sua ausência, como indica a professora Nara Barreto em seu depoimento? Como esses direitos são assumidos pelas universidades? E como se concretizam em políticas governamentais? Estamos em um processo de efetivação de políticas públicas ou no *tempo das promessas* e de *desobrigação do Estado* para com a EJA? Que caminho esboçar para essa oferta e para a formação docente e assumir a EJA como política de Estado? Como os diferentes atores no movimento atual de EJA têm força e buscam a conquista de novos espaços?

Tais questionamentos ganham mais ressonância ao se tomar conhecimento da recente



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

apresentação pela Organização das Nações Unidas (UNESCO) do Relatório Educação para Todos, 2000 a 2015<sup>7</sup>. Nesse relatório, o Brasil não alcançou quatro metas, das seis propostas pela Cúpula Mundial de Educação, entre elas o alcance da redução de cinquenta por cento nos níveis de analfabetismo de adultos e de melhorar a qualidade da educação, em que a formação docente é um fator imprescindível para seu alcance.

Na perspectiva de militância, o presente texto objetiva debater a formação docente para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos mediante três ideias chaves: *o reconhecimento e reafirmação da EJA como política pública de Estado; o conceito de direito subjetivo à Educação de Jovens e Adultos no contexto das políticas públicas e, por último a compreensão da EJA como área de conhecimento, pesquisa e de formação docente.*

Nesse sentido, no desenvolvimento do presente texto realizaram-se estudos bibliográficos sobre política pública e pesquisa documental para a análise da presença ou não de estudos de EJA em cursos de Pedagogia e de Licenciaturas nas Universidades Federais Brasileiras.

## 2. O RECONHECIMENTO E REAFIRMAÇÃO DA EJA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO

Com o reconhecimento dos direitos, particularmente aqueles de EJA, por parte dessa Constituição Cidadã e pela sociedade em um momento qualificada como *Pátria Educadora*, assim como pelas Universidades pergunta-se: há realmente políticas que efetivamente garantem tais direitos? Ou se incorre outra vez na retórica dos discursos?

Toma-se novamente emprestada a fala do professor Leôncio Soares no mesmo livro (2011, p. 29) ao situar um encontro/mesa na Sessão Debate da 20ª Reunião da ANPED em 1997<sup>8</sup> com o tema *Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas* reunindo os professores: Roseli Caldart (ITERRA), Sérgio Haddad (PUC/SP) sob a coordenação de Celso Beisegel (USP, no qual se enfatizou “sobremaneira, a desobrigação do Estado para com a EJA: ‘**A União progressivamente abandonou as atividades dedicadas à educação de jovens e adultos analfabetos**’ (BEISEGEL, 1997, p. 239)” (grifos acrescentados)

Hoje como se situa essa “desobrigação”, não só em relação aos sujeitos jovens e adultos, não só analfabetos, mas também aos que não concluíram os estudos, ou seja, que não tiveram garantido

<sup>7</sup> Fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf> Acessado em abril de 2015.

<sup>8</sup> Essa reunião ocorreu em 22 de setembro de 1997.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

o seu direito à Educação Básica? Como é garantida a formação dos educadores/professores para essa oferta? Tais questões não são destituídas de concretude, elas decorrem da realidade marcada por sujeitos que ao construírem sua vida e uma nação abdicam, não por desejo, mas por circunstâncias e por questões imediatas de sobrevivência, da exigência do direito constituído. Como se pode constatar nos registros históricos das pesquisas realizadas, muitas gerações de homens e mulheres foram destituídas do direito à educação. Tais questões não são ufanistas, pois hoje, após 66 anos de CONFINTEAs, 27 anos da Constituição Brasileira e quase 20 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ainda é recorrente e contundente o abandono de políticas públicas para EJA.

Entende-se que a decisão sobre a EJA é uma decisão política de Estado e parece que estamos estagnado, sem força, sem representação política e social, ou então, o poder público não nos representa ou não reconhece nossa força política para desenhar esse novo caminho.

No entanto, emerge nova coragem e pensa-se que está na hora de arregimentar e reinventar a luta, pois como afirmou o Professor Ernani Maria Fiori, no prefácio intitulado *Aprender a dizer a sua palavra* do livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire:

As contradições conscientizadas não [... nos] dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança as últimas fronteiras do humano. E como o homem [e a mulher] sempre se excede, o método também o acompanha. É “a educação como prática de liberdade”. Em regime de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados, para dizerem sua palavra, têm que aprender a lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detém e a recusam aos demais é **difícil, mas imprescindível** aprendizado – é a “pedagogia do oprimido” (FIORI, 2014, p. 29-30) (grifos acrescentados)

Está aí a pertinência e a atualidade de Paulo Freire, pelo qual podemos reinventar sua fala (como ele mesmo dizia), e trazê-la para a análise da Formação dos educadores/professores da Educação de Jovens e Adultos. Como militantes da EJA nos fóruns locais do Brasil e nas universidades, usa-se a palavra em prol da garantia dessa formação? Que ações efetivar mediante uma ação de sujeitos em



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

um lugar social de intelectuais críticos<sup>9</sup> ou orgânicos na expressão Gramsciana<sup>10</sup>? Desse modo, pode-se olhar nosso papel ao

reivindicar o papel do conhecimento nos professores [como] analistas reflexivos de sua prática e das condições *nas* quais e *pelas* quais se produz a mesma. [...] a imagem do professor como intelectual comprometido com sua própria realidade prática supõe dotar-lhe do poder e dos instrumentos para discutir e reelaborar sua própria ação. Proposta que exige dotar-lhe de capacidades para questionar os pressupostos morais, sociais e políticos da ação educativa (Smyth, 1987), do modo como Gramsci concebia o papel do intelectual na sociedade (SACRISTAN, 1998, p.269).

É nesta dimensão de política de decisão no qual a sociedade é muito mais do que os aspectos econômicos, nossa decisão não se restringe às impossibilidades das políticas econômicas e da legislação cerceante ao direito de constituir o direito de igualdade.

### 3. ALGUNS CONCEITOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS<sup>11</sup> PARA O DEBATE

Ao pensar a questão dos direitos objetivos e subjetivos<sup>12</sup> de processos educativos de jovens, adultos e idosos é importante lembrar que esses direitos vêm sendo objeto de luta e de disputas, no sentido de que tais processos passem a não mais se configurar como um “desinteresse” pelos governos, mas se efetivem no âmbito das políticas públicas com a garantia de sua oferta por parte do Estado.

<sup>9</sup> Ao assumir a perspectiva do professor como intelectual crítico, acredito que o professor não reproduz apenas as ideias e movimentos propostos e outorgados pelas políticas reformistas, mas interage e, muitas vezes, resiste a elas na constituição do seu próprio modo de agir.

<sup>10</sup> Para Gramsci, cabe aos intelectuais ‘*do novo tipo*’ esta função. Esses intelectuais devem sair diretamente das massas, para criar novos intelectuais para a potencialização do projeto educativo no sentido de construção de um movimento cultural que substitua o senso comum e as ‘velhas’ concepções de mundo (muitas vezes naturalizadas e aceitas passivamente pelos sujeitos).

<sup>11</sup> Este item do texto fará parte de um artigo, a ser publicado em um livro (no prelo) pela UNEB, com o título *A Educação de Jovens e Adultos como Direito Subjetivo: políticas públicas e dispositivos legais*, tendo como autores Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, Alene Batista Bastos e Vagner de Cerqueira Paim, ainda sem data de publicação.

<sup>12</sup> José Cretella Júnior (1987) situa que, no campo do direito, há o direito **objetivo e subjetivo**, referindo-se ao primeiro como “o conjunto de regras obrigatórias, em vigor no país, numa dada época”, já o segundo como “a faculdade ou possibilidade que tem uma pessoa de fazer prevalecer em juízo a sua vontade, com base num interesse”.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

Nesse contexto, faz-se necessário situar como são compreendidas as políticas públicas e as sociais. De acordo com Eloisa de Mattos Höfling (2001), as políticas públicas constituem o “Estado em ação”, por meio de programas pensados para setores específicos da sociedade:

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Segundo essa mesma pesquisadora, as políticas sociais “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Azevedo (2004, p.5) adverte de que “[...] as políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na exigência de seus direitos”. Logo, destaca-se como fundamental a força dos movimentos e da pressão social na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e por isso guardam estreita relação às representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Por outro lado, os movimentos sociais são os protagonistas nesse cenário de luta por direitos e políticas e a Educação de Jovens e Adultos também é foco dessa luta de que essa se efetive como política pública.

O Estado tem um papel fundamental na concretização das políticas públicas. No entanto, é preciso diferenciar quando se fala de políticas de Estado e de políticas de governo no âmbito da garantia do direito à Educação de Jovens e Adultos. Desse modo, concorda-se com HÖFLING de que “as políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais”, pois a Educação constitui uma “política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos.” (HÖFLING, 2001, p. 31). Algumas políticas sociais agem como reguladores a serviço do Estado em ação, ou seja, “A política pública é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. (HÖFLING, 2001, p. 31). Desse modo, as políticas públicas de garantir aos direitos constitucionais dos sujeitos devem ser permanentes, já que são responsabilidades do Estado e estão diretamente vinculadas a ele.

Entende-se o Estado como algo mais amplo, institucionalizado no âmbito nacional, permanente e



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

definitivo, que tem personalidade jurídica. Já governo é a parte desse todo, “corresponde à atividade que fixa objetivos do Estado ou conduz politicamente os negócios públicos.” (HÖFLING, 2001, p. 31). Sendo assim, suas políticas e ações podem não ser permanentes e mudarem conforme os seus representantes. Logo, entende-se que tudo que estiver vinculado ao Estado é permanente e ao governo pode ser provisório, incluindo e compreendendo, assim as políticas públicas e sociais.

Outro elemento importante apontado por Höfling (2001) é de que as ações do Estado não são geradas automaticamente e são marcadas pelo movimento e contradições sociais e pelas relações de poder em determinada sociedade.

Nesta síntese, não se buscou justificar o Estado como responsável pela garantia de políticas públicas, mas sim de buscar por mecanismos legais a responsabilização do Estado pela ausência de ações e políticas do qual é seu dever cumprir,

#### 4. O DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Sartori (2011, p.19-20), mediante os

[...] marcos legais de uma sociedade é possível analisar as representações e conceituações sobre diferentes campos da vida e sociais acerca da educação de jovens e adultos de hoje, estão alicerçadas nas concepções de décadas atrás. Ou seja, somos herdeiros diretos de um passado, que se não for ressignificado, perdurará suas ideias e convicções por gerações que estão por vir. Os documentos legais, em especial as Constituições, encerram em si as concepções de determinado tempo sobre a forma de ordenação e definição do que é ser sujeito, cidadão e de pertencimento a tal organização e modo de vida social. Analisar as constituições é analisar também uma determinada concepção de direito e de sociedade. A legislação não é somente um ato de legisladores, mas é o reflexo do movimento social daquele momento histórico. Outro ponto fundamental refere-se à distância entre a legislação e sua efetivação, **pois ter a legislação não representa efetivamente a garantia do direito dos cidadãos, pois cumprir a lei e fazê-la ser cumprida demanda de uma série de controles e dispositivos, que nem sempre são adequados ou são interessantes naquele momento.** As leis necessitam de uma constante fiscalização, tanto dos poderes públicos como da sociedade para se efetivarem e garantirem a ordem que se quer estabelecer. (grifos acrescentados)

Esse mesmo pesquisador debate a garantia do direito público e subjetivo ao ensino fundamental gratuito a todos, independente da idade e ressalta, ao citar as diretrizes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que os alunos e as alunas de EJA devem conhecer e fazer valer essa prerrogativa. Sartori apresenta o teor do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

Educação de Jovens e Adultos (2000) em que se conceitua o direito público subjetivo:

Direito público subjetivo é aquele pelo qual o titular de um direito pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e dotado de efetividade. O titular deste direito é qualquer pessoa de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória. Por isso é um direito subjetivo, ou seja, ser titular de alguma prerrogativa é algo que é próprio deste indivíduo. O sujeito deste dever é o Estado no nível em que estiver situada esta etapa da escolaridade. Por isso se chama direito público, pois, no caso, trata-se de **uma regra jurídica que regula a competência, as obrigações e os interesses fundamentais dos poderes públicos, explicitando a extensão do gozo que os cidadãos possuem quanto aos serviços públicos**. Assim, o direito público subjetivo explicita claramente a vinculação substantiva e jurídica entre o objetivo e o subjetivo. Na prática, isto significa que o titular de um direito público subjetivo **tem asseguradas a defesa, a proteção e a efetivação imediata do mesmo quando negado**. Em caso de inobservância deste direito, por omissão do órgão incumbido ou pessoa que o represente, qualquer criança, adolescente, jovem ou adulto que não tenha entrado no ensino fundamental pode exigí-lo e o juiz deve deferir imediatamente, obrigando as autoridades constituídas a cumpri-lo sem mais demora. **O direito público subjetivo não depende de regulamentação para sua plena efetividade. O não cumprimento ou omissão por parte das autoridades incumbidas implica em responsabilidade da autoridade competente.** (art. 208, § 2). A lei que define os crimes de responsabilidade é a de nº 1.079/50. Ela, em seu art. 4, define tais crimes como sendo aqueles em que autoridades públicas venham a atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais. Seu art. 14 permite a qualquer cidadão denunciar autoridades omissas ou infratoras perante a Câmara dos Deputados. (BRASIL, 2000, p. 22-23) (grifos acrescentados)

Além disso, Sartori (2011) questiona ainda se jovens, adultos e idosos conhecem este direito. Valem-se dele? Em algum momento, alguém se valeu dele? Quantos alunos e alunas não conseguem, muitas vezes, concluir o ensino fundamental por falta de turmas, quando este direito deveria ser assegurado pelas instituições públicas no ato da procura por vaga? Igualmente, essa noção de direito também requer que os estudantes jovens e adultos tenham profissionais habilitados e condições na estrutura física das instituições públicas de modo a atenderem as particularidades.

Tal noção de direito é conferido, nesse caso, em duas dimensões: o direito à educação por parte de adultos e idosos, com a garantia de haver profissionais habilitados e condições adequadas, tanto na estrutura física, como de materiais didáticos que atendam às suas particularidades; e, como também o é aos acadêmicos/professores formados em Cursos de Pedagogia e nas demais licenciaturas, de terem também a formação para a docência na Educação de Jovens e Adultos, atuação assegurada pelo título outorgado na conclusão de seu curso: professores dos Anos Iniciais



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

do Ensino Fundamental e Licenciados nas diferentes áreas de ensino.

Sem dúvida, a manifestação mais moderna dos Direitos Subjetivos Públicos são os Direitos Fundamentais. Assim, toda vez que o indivíduo tiver a necessidade de assegurar os Direitos Fundamentais, pode e **deve evocar as Garantias Constitucionais** citadas acima, que servem como “arma” do cidadão ou da sociedade para fazer valer seus anseios.

Vale lembrar que documento publicado em 2013 pelo Ministério da Educação intitulado Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica<sup>13</sup>, situa que o direito à educação de jovens e adultos ganhando força constitucional:

reforça-se, assim, a garantia de acesso a essas etapas da Educação Básica. Para o Ensino Médio, a oferta não era, originalmente, obrigatória, mas indicada como de extensão progressiva, porém, a Lei nº 12.061/2009 alterou o inciso II do artigo 4º e o inciso VI do artigo 10 da LDB, para garantir a universalização do Ensino Médio gratuito e para assegurar o atendimento de todos os interessados ao Ensino Médio público. De todo modo, o inciso VII do mesmo artigo já estabelecia que se deve garantir a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. **O acesso ganhou força constitucional, agora para quase todo o conjunto da Educação Básica** (excetuada a fase inicial da Educação Infantil, da Creche), com a nova redação dada ao inciso I do artigo 208 da nossa Carta Magna, **que assegura a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive a gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria**, sendo sua implementação progressiva, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União. (BRASIL, 2013, p. 7)

Esse princípio constitucional é fundamental quando se constata os dados relacionados ao analfabetismo no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil contava em 2012 com 8,7% da população acima de 15 anos, sendo identificada como analfabeta (o IBGE considerou como analfabeto um sujeito “incapaz de escrever um bilhete simples em seu idioma”) e de 8,6 em 2011. Essa taxa varia nas diferentes regiões do país, destacando-se na região nordeste com 17,4%. Em 2010, o índice mais elevado de analfabetismo foi identificado junto a

<sup>13</sup> “As Novas Diretrizes Curriculares da Educação Básica, reunidas nesta publicação, são resultado [de] amplo debate e buscam prover os sistemas educativos em seus vários níveis (municipal, estadual e federal) de instrumentos para que crianças, adolescentes, jovens e adultos que ainda não tiveram a oportunidade, possam se desenvolver plenamente, recebendo uma formação de qualidade correspondente à sua idade e nível de aprendizagem, respeitando suas diferentes condições sociais, culturais, emocionais, físicas e étnicas.” (BRASIL, 2013, p.4) Sua instituição e aprovação foram dadas pelo Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010 e pela Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

peças adultas (17,3%) e acima de 60 anos, com um percentual de 39,2%. Além disso, há um grande número de pessoas em situação de analfabetismo, particularmente, na região rural.

Resta, por fim, lembrar que o Direito à Educação é um dos Direitos Subjetivos ou Direitos Fundamentais, positivados na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º e, portanto, deve ser materializado de forma rápida e eficaz. O que nem sempre acontece, por isso a necessidade de uma constante fiscalização por parte dos movimentos sociais, dos fóruns e pelos órgãos públicos. Quando tais direitos não são cumpridos, faz-se necessária a utilização de meios jurídico-processuais que garantam a sua efetivação. Questiona-se de que forma o instrumento constitucional poderá efetivamente convalidar os direitos fundamentais propostos em seus dispositivos normativos? Como movimento social quais os meios jurídicos processuais que precisam ser ativados para a garantia de oferta a estudantes jovens, adultos e idosos? E como positivar processos formativos para os educadores/ professores de EJA para o reconhecimento da EJA como um direito?

Acredita-se que será possível ao MEC e seus representantes, a partir da organização sistemática dos estudos e pesquisas já realizados, ouvir, acolher e implementar políticas às demandas da EJA como resposta efetiva à “Pátria que se deseja Educadora”. Se, assim não ocorrer, é temerário termos que admitir que também num governo de base popular as questões de relevo social ainda são omitidas.

### **5. OS DOCUMENTOS LEGAIS E DE ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EJA: ESPAÇO DE DIREITO E DISPUTAS**

Tendo como referência a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/1996) trouxe alguns avanços no quesito direito à educação. Levando em consideração esse fato, é importante comentar alguns pontos específicos em Educação de Jovens e Adultos, visto a sua relevância. Dessa forma, o artigo 37 e 38 da lei 9.394/96 - LDBEN e seus incisos e parágrafos são fundamentais para garantir este direito na legislação. Analisa-se, então, o

Art. 37: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º - **Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.** (BRASIL, 1988) (grifos acrescentados)



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

Ainda, a LDBEN 9394/96, nos seus artigos 37 e 38 gera, segundo Soares (2002, p.12), uma mudança conceitual na EJA, passando a denominar ‘Educação de Jovens e Adultos’ o que a Lei nº 5.692/71 chamava de ‘ensino supletivo’, destacando que não se trata apenas de uma mudança de caráter vocabular<sup>14</sup>, mas de um alargamento do conceito. Ao haver a mudança do termo de ensino para educação, possibilita a compreensão, nesse processo, de diversos processos formativos voltados para sujeitos jovens e adultos. Nesse documento, constata-se uma contradição: essa lei situa a EJA com uma concepção de uma prática educativa que se dá fora da “idade própria” para aprender, como se existisse uma idade própria para tal e, ao mesmo tempo, admite a atuação em diferentes fases do desenvolvimento humano. Portanto, a idade adulta também é entendida como fase de desenvolvimento e aprendizagem. É preciso considerar que a aprendizagem é um direito da infância, mas também o é da idade adulta. É diferente quando se passa a dizer que a Educação de Jovens e Adultos mediante a sua oferta possa efetivar o direito à educação para “aqueles que não tiveram acesso a um direito já institucionalizada para a infância” do que uma oportunidade de escolarização na “idade própria”.

Ao situar a EJA como uma modalidade da Educação Básica, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, vale esclarecer o que se entende por modalidade segundo o Parecer CNE/CEB nº 11/2000<sup>15</sup>, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a EJA é uma modalidade educacional, da **Educação Básica**, uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas, pois

[...] o termo modalidade é diminutivo latino de modus (modo, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. (BRASIL, 2000, p. 26)

Ao ser inserida na LDBEN, a EJA tornou-se uma política de Estado de maneira tal, que hoje o governo brasileiro investe e incentiva essa modalidade educacional como possibilidade de se elevar o índice de escolaridade da população. Entretanto, tal legislação só se valida ao efetivar o acesso da população a essa modalidade de ensino, mas é preciso solidificar e ampliar financiamento e dispositivos legais para oferecer reais condições de funcionamento.

<sup>14</sup> Trata-se de um caráter mais ampliado, a terminologia “jovens e adultos” passa a representar todas as idades e em todas as épocas da vida. A palavra suplência indicava apenas a função de recuperação do tempo perdido.

<sup>15</sup> Em 2000, tivemos a regulamentação das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (DCNs/EJA), pela Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de Julho de 2000 e pelo Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação.



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

### **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS<sup>16</sup>: VELHAS E NOVAS DISPUTAS**

O documento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs/EJA) indicou o seu reconhecimento como uma modalidade da educação básica, com especificidades próprias a serem observadas. A EJA, ao ser compreendida como uma modalidade da educação básica, requer um tratamento e o atendimento às suas particularidades, o que remete a pensar também a formação docente:

A EJA, de acordo com a Lei 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente (BRASIL, 2000, p.2).

Segundo esse último documento, a LDBEN 9394/96 traz, em seu Título V, que trata dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino – capítulo II – sobre a Educação Básica, uma seção específica, (seção V, artigos 37 e 38) denominada ‘Da Educação de Jovens e Adultos’. Ao definir as incumbências dos professores, não apresenta uma atuação específica nas fases da escolaridade básica, traçando “[...] um perfil profissional que independe do tipo de docência: multidisciplinar ou especializada, por área de conhecimento ou disciplina, para crianças, jovens ou adultos.” (BRASIL, 2001, p. 10). Desse modo, na lei já se percebe que as características gerais da formação e da docência precisam “[...] ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino assim como a cada faixa etária” (BRASIL, 2001, p. 10-11).

O Parecer CNE/CEB 11/2000, das DCNs para a Educação de Jovens e Adultos, trata no item IV da formação docente. A Resolução CNE/CEB 03/97<sup>17</sup> destaca a necessidade, por parte das redes de ensino, de promoverem formação continuada junto aos docentes, “[...] a fim de atender às peculiaridades dessa modalidade de educação” (BRASIL, 2000). Já no documento da Resolução CNE/CP 01/99 (p.3 e 9) que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, aponta para o fato de o curso normal superior ter o objetivo de preparar também para “[...] a

<sup>16</sup> Este item do texto tem como base elementos e extratos do artigo: LAFFIN, M. Herminia Lage Fernandes. A Constituição da Docência na Educação de Jovens e Adultos. In: **Currículo Sem Fronteiras**, V. 12, P. 201-228, 2012.

<sup>17</sup> Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

educação de jovens e adultos equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental.”

O Parecer CNE/CP nº 5/2005, que instituiu as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, situa no seu artigo 4º, nos parágrafos III e IV, que o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para o magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tem como uma das facetas da atividade docente a atuação na aprendizagem de sujeitos em várias fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e fases do ensino, além de indicar que devem fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens tanto de crianças como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria<sup>18</sup>.

Esse documento apenas utiliza o termo Educação de Jovens e Adultos indicando a constituição de um núcleo de estudos básicos, no qual serão utilizados conhecimentos multidimensionais sobre o ser humano em situações de aprendizagem e a aplicação em práticas educativas, de conhecimentos de processos educativos de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial.

Já o texto das DCNs de EJA (2001) indica que:

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas *relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino*. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes *e de estabelecer o exercício do diálogo*. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra *do geral e também das especificidades* que a habilitação como formação sistemática requer (BRASIL, 2000, p.56). (Grifos acrescentados).

O documento alerta para a necessidade da formação de professores com questões relativas “à complexidade diferencial desta modalidade de ensino“. No entanto, ainda são poucas as instituições brasileiras que oferecem tal formação, ficando por conta da formação em serviço das redes de ensino. Além disso, aponta à necessidade de uma docência que considere as particularidades do ensino de jovens e adultos, tanto da diversidade cultural, do mundo de trabalho, quanto da necessidade de metodologias e currículos adequados. Ademais, com um reconhecimento

---

<sup>18</sup> Esse documento reitera a contradição em relação à idade, pois situa a Educação de Jovens e Adultos com uma concepção de uma prática educativa que se dá fora da “*idade própria*” para aprender, como se existisse uma idade própria para tal. Ao mesmo tempo, admite a atuação em diferentes fases do desenvolvimento humano, logo; a idade adulta também é entendida como fase de desenvolvimento e aprendizagem.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

de uma área/modalidade de ensino que precisa ser estudada e que se encontra em um processo recente de construção.

Outra questão situa-se no fato de a formação para a educação básica, em função do paradigma assumido – o das competências - constituir-se pela “experienciação” de situações ao desenvolvimento profissional do professor. Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos é apresentada como uma possibilidade para essa experienciação – como uma possibilidade de estudos desenvolvidos como tema de investigação e extensão e não como foco específico de formação.

Para Laffin (2006), o requisito mínimo da profissionalidade docente é uma exigência de formação inicial, mas sabe-se que também se dá em formação no exercício docente. No caso da EJA, essa formação em exercício tem um destaque especial, até mesmo pelo lugar que os documentos normativos, tais como os das Diretrizes Curriculares de Pedagogia (2005) e da Formação de Professores da Educação Básica (2001) **não constituem a EJA como necessidade específica dessa formação, a qual acaba sendo delegada à formação em exercício.** Desse modo, tal formação ainda se configura particularmente pelas e nas experiências no trabalho, confrontadas com os pressupostos teóricos que possam contribuir com as demandas do cotidiano e da prática social. A pesquisadora Bernadete Gatti remete ao dado de que

[...] concretamente ampliou-se o entendimento sobre a educação continuada, com esta abrangendo muitas iniciativas que, na verdade, são de suprimento a uma formação precária pré-serviço e nem sempre são propriamente de aprofundamento ou ampliação de conhecimentos. Isso responde a uma situação particular nossa, pela precariedade em que se encontram os cursos de formação de professores em nível de graduação. Assim, problemas concretos das redes inspiraram iniciativas chamadas de educação continuada [...] (GATTI, 2008, p. 58).

Vale lembrar que o documento de 2013, intitulado Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica inclui a Resolução 03/2010 do Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, indica também que institui a necessidade do estabelecimento de políticas e ações para a formação inicial e continuada de professores no chamado Sistema Nacional Público de Professores:

Art. 10. O Sistema Nacional Público de Formação de Professores deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação Básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam com adolescentes, cujas idades extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com as Universidades Públicas e com os sistemas de



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

ensino. (2013, p.271-272)

O alerta da pesquisadora Bernadete Gatti tem muita ressonância no campo da EJA e o reconhecimento institucional no documento de 2013 nas diretrizes, em relação ao lugar e à função social das universidades para com essa formação inicial, permite a inferência da atual fragilidade política para com essa formação por parte do Ministério da Educação e dessas universidades. Elementos que serão analisados na sequência.

### **5. DADOS SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Segundo dados do INEP do ano de 2002, das 519 Instituições de Ensino Superior (IES brasileiras que ofertavam o curso de Pedagogia e que foram avaliadas pelo Exame Nacional de Cursos, apenas nove (1,74%) ofereciam a habilitação de EJA: três na região Sul, três na Sudeste e três na região Nordeste (MEC/INEP, 2002).

Os dados de 2005 revelavam um aumento, ainda que pouco expressivo, do número de instituições que ofereciam a habilitação de EJA para os cursos de Pedagogia: das 612 contabilizadas, 15 ofereciam a habilitação (2,45%) e, dos 1698 cursos, 27 ofertavam essa formação específica (1,59%) (SOARES, pg. 3-4, 2006). Ainda, em relação à caracterização dos cursos de Pedagogia - Brasil, com dados de 2008, Leite e Lima (2010, p. 83-84) apontam que:

Com o registro de todas as habilitações que surgiram durante a coleta de dados, constatamos um grande índice de habilitações centradas na docência (cerca de 44%), com destaque para as que oferecem a formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental (21,4%), Educação Infantil (10,7%), além da docência no Ensino Médio (9,5%), Educação de Jovens e Adultos (0,7%), Educação Básica (0,6%) e Educação Especial (1,5%).

Tais dados estão organizados no quadro 1 a seguir evidenciando a reduzida oferta como habilitação em EJA:



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

Quadro 1: Tipos de habilitações dos cursos de Pedagogia

Tipos de habilitações dos cursos de Pedagogia/Brasil	Percentuais/
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	21,4%
Educação Infantil	10,7%
Docência nas disciplinas pedagógicas do Ensino Médio	9,5%;
Magistério da Educação Básica	0,6%
Educação Especial	1,5%;
<b>Educação de Jovens e Adultos.</b>	<b>0,7%</b>

Fontes: Leite e Lima (2010, p. 83-84) e site <[www.educacaosuperior.inep.gov.br](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br)>. Acesso em: 2006 e 2008.

EM 2012, no levantamento de Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados no sistema e-MEC, contou-se com 2047 cursos de Pedagogia. Essa base de dados não apresenta a habilitação dos cursos permite apenas a presença da nomenclatura *Educação de Jovens e Adultos* na identificação do curso de Pedagogia em apenas dois, dos quais um deles em SC (MEC/e-MEC, p. 2012). As pesquisas de Laffin (2010) e Laffin e Gaya (2013) identificaram que em SC contava-se com a oferta de apenas dois cursos com essa habilitação e constatavam que 12 instituições apresentavam disciplinas e campos de estudos na EJA nos seus cursos de Pedagogia. Essas pesquisas indicavam uma progressiva inclusão nas matrizes curriculares de estudos destinados à EJA, quer seja em função da reivindicação social de educadores, como também das normatizações do Parecer nº 5/2005, que instituiu novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, por meio da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

Em nova pesquisa realizada no início de 2015, fez-se o levantamento nos portais digitais de sessenta e quatro (64) Universidades Federais do Brasil com o objetivo de identificar a oferta formativa para a Educação de Jovens e Adultos nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas.

Constata-se que a oferta de disciplinas voltadas à EJA está presente em praticamente todas essas universidades, ou seja, do total de 64 instituições, **54 contam com cursos de Pedagogia**. Como algumas dessas 54 universidades ofertam o curso em vários campi, conta-se com um total de **66 cursos** de Pedagogia em que os estudos voltados à EJA foram identificados (56 com estudos obrigatórios e 10 somente eletivos) conforme quadro 2:



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

### V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação UNICAMP - Campinas, SP

Quadro 2: Oferta de estudos voltados à EJA no contexto das Universidades Federais Brasileiras

Regiões	Nº de Universidades analisadas	Número de Universidades com CURSOS DE PEDAGOGIA		Número de Universidades com de CURSOS DE LICENCIATURA	
		Cursos com oferta de disciplinas OBRIGATORIAS E ELETIVAS	Cursos com oferta somente de disciplinas ELETIVAS	Oferta de disciplinas OBRIGATORIAS	Oferta de disciplinas ELETIVAS
NORTE	8	10 cursos	4 cursos	1 Universidade (curso de Educação do Campo)	3 universidades
NORDESTE	15 (1 com 3 e outra com 2 campi)	9 cursos	3 cursos	0	6 universidades
CENTRO-OESTE	4 (algumas com vários campi)	14 cursos	Levantamento sendo realizado	Levantamento ainda em andamento	2 universidades
SUDESTE	20	13 cursos	2 cursos	0	7 universidades
SUL	9 (algumas com vários campi)	8 cursos	1 curso	4 Universidades (do total de 5 cursos de Educação do Campo e somente em SC não há oferta de EJA)	9 universidades
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>56</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>27</b>

Fonte: Dados da pesquisa sobre a oferta de estudos em EJA no contexto da formação docente em cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

Na maioria das universidades em que a EJA era ofertada, havendo pelo menos a presença de uma disciplina de EJA e na maioria de duas a três disciplinas obrigatórias na matriz curricular do Curso de Pedagogia. Dos 66 cursos analisados, 10 contavam de uma a três disciplinas apenas de caráter eletivo.

Na universidade Federal da Paraíba, há dois cursos de pedagogia com aprofundamentos: a) em Educação do Campo e, b) Educação de Jovens e Adultos.

Desse modo, ao apontar a dualidade da oferta de disciplina entre obrigatórias e eletivas ao ter a Pedagogia como

um dos espaços de formação em que se espera que isso ocorra é o curso de Pedagogia. Entretanto, a resolução CNE/CP n. 1, de 2006, que definiu as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, toca na questão da EJA de passagem e apenas duas vezes. Trata-se do artigo 5º, inciso IV: [...] trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, **em diversos níveis e modalidades do processo educativo** e do artigo 8º, nos incisos III e IV: Art. 8º Nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de: III - atividades complementares envolvendo [...] de **modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências**, entre outras, e



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

**opcionalmente**, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas; IV – [...] estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, [...] d) na **Educação de Jovens e Adultos**. (BRASIL, 2006, grifo nosso). Observa-se que, nos dois artigos (5º e 8º), a referência à Educação de Jovens e Adultos é muito vaga, limitando-se ao termo “modalidade”. No primeiro caso, a menção à modalidade de ensino é claramente secundária; no segundo caso, num primeiro momento a modalidade é apenas situada no conjunto das várias situações da diversidade, e somente num segundo momento, quando se discute a questão da organização do estágio, a EJA, pela única vez em todo o documento citado, é nomeada e citada de forma explícita. (VENTURA, 2012, p. 74)

No levantamento realizado (2015), há a oferta de estudos de EJA em cursos de licenciatura, no entanto, a oferta é praticamente sempre eletiva. Somente no caso do Curso de Educação do Campo, está presente a oferta de disciplinas obrigatórias. Às vezes, essa oferta caracteriza-se por ter o curso seu funcionamento no período noturno, o que gera a necessidade de pelo menos fundamentar o estágio na EJA. No quadro 3, situa-se a configuração dessa oferta nos cursos de licenciatura:



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação UNICAMP - Campinas, SP

**Quadro 3: Recorrência e caracterização das disciplinas ofertadas voltadas à EJA nos cursos analisados no contexto das Universidades Federais Brasileiras**

Regiões	Nº de Universidades analisadas que ofertam estudos de EJA	Universidades com disciplinas de EJA nas Licenciaturas	Principais cursos de licenciatura	
			1 recorrência por instituição, com variações entre elas com relação ao número de cursos.	Instituições com o maior número de cursos com oferta de estudos de EJA.
NORTE	8	3	Geografia Matemática Educação do Campo Informática Letras Português História	Informação ainda não completa <sup>19</sup> Na UFAC (Campus de Cruzeiro do Sul) não existe disciplina de EJA, só existe o Estágio Docência na EJA para todas as licenciaturas (Pedagogia, Letras Português, Inglês, Espanhol e Ciências Biológicas).
NORDESTE	15 (1 com 3 e outra com 2 campi)	6	Biologia (2 Instituições) Geografia (2instituições) Educação Física História Psicologia Letras Libras Letras Inglês	Universidade da Paraíba e do Ceará com cinco cursos cada.
CENTRO-OESTE	4 (algumas com vários campi)	2	Educação do campo (3 instituições) Educação Física (2 instituições) Letras Português/ Espanhol (2 instituições) Letras Português/ Inglês (2 instituições) Ciências Biológicas (2 instituições) História Geografia Química Música Matemática	Universidade do Mato Grosso do Sul (campus Pantanal) com 12 cursos, em média de dois cursos por campi. Universidade de Brasília (Plano Piloto) com quatro cursos
SUDESTE	20	7	Educação Física Ciências Biológicas Química Geografia História Letras - Português/Espanhol Letras - Português/Inglês/ Matemática	Universidade de São João Del Rei em 11 cursos
SUL	9 (algumas com vários campi)	9	Ciências Biológicas (5 Instituições) História (2 Instituições) Matemática (2 Instituições) Educação do Campo Psicologia (noturno) Geografia Letras – Alemão e Espanhol Artes Visuais Educação Especial Ciências Sociais	Universidade de Federal do rio Grande do Sul com 7 cursos e Universidade do Paraná com 6 cursos
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>27</b>	<b>Não se aplica</b>	<b>39</b>

Fonte: Dados da pesquisa sobre a oferta de estudos em EJA no contexto da formação docente em cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

<sup>19</sup> Houve grande dificuldade de acesso aos dados, pois os sítios das instituições não contam com as informações necessárias para a pesquisa. Foram solicitadas informações via telefone e e-mail, mas as mesmas não nos foram ainda encaminhadas.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

Apenas em 27 instituições das 59, há a oferta de caráter eletivo de disciplinas voltadas ao campo da EJA. Esse dado reitera o estudo da pesquisadora Jaqueline Ventura ao situar, pela coerência de a EJA ser modalidade da Educação Básica, ao ter a licenciatura como o *locus* dessa formação:

Outro lugar em que se espera que a formação de professores para essa modalidade de ensino seja contemplada seriam os cursos de formação de professores (Licenciaturas) das instituições de ensino superior. Todavia, ao percorrermos as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Letras, Matemática e Ciências Biológicas, constatamos enunciados vagos. Ao analisarmos as Diretrizes Curriculares Nacionais de alguns cursos de formação de professores, tais como Pedagogia, Letras, Matemática e Ciências Biológicas, constatamos que embora a EJA na atual legislação tenha sido configurada como modalidade da Educação Básica, no que se refere à formação de professores para atuar, considerando as especificidades da área e a necessidade de um currículo diferenciado para a modalidade, a questão permanece muito incipiente nas licenciaturas. (VENTURA, 2012, p. 79)

Ainda, sobre no levantamento foi possível caracterizar essa situação de uma oferta incipiente, particularmente em relação às licenciaturas.

Na análise do foco das disciplinas ofertadas a partir da nomenclatura, percebe-se uma busca na maior compreensão do campo da Educação de Jovens e Adultos nos cursos de Pedagogia. No entanto, nos cursos de licenciatura conta-se com uma ou duas disciplinas eletivas de caráter mais geral e amplo:



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

Quadro 4: Oferta de estudos voltados à EJA no contexto das Universidades Federais Brasileiras

Regiões	Caracterização das disciplinas ofertadas nos diferentes cursos	
	Pedagogia	Licenciaturas
NORTE	Educação popular; Políticas públicas; Educação de Jovens e Adultos e Alfabetização; Ação Pedagógica na EJA e Estágio na EJA	Educação de Jovens e adultos em uma abordagem ampla de fundamentos, aspectos políticos e históricos.
NORDESTE	Educação de Jovens e adultos Movimentos Sociais Educação popular Processos e métodos de EJA Educação do Campo Pensamento Freireano	Educação de Jovens e adultos em uma abordagem ampla de fundamentos, aspectos políticos e históricos. Fundamentos da Educação popular
CENTRO-OESTE	Abordagem ampla Educação popular; Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização de Jovens e Adultos e Estágio na EJA	Educação de Jovens e adultos em uma abordagem ampla de fundamentos, aspectos políticos e históricos.
SUDESTE	Fundamentos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e adultos Movimentos Sociais e EJA Estágio em docência de EJA	Educação de Jovens e adultos em uma abordagem ampla de fundamentos, aspectos políticos e históricos.
SUL	Abordagem ampla Educação popular; Políticas públicas e história de EJA; Educação do campo Alfabetização de Jovens e Adultos e Estágio na EJA	Educação de Jovens e adultos em uma abordagem ampla de fundamentos, aspectos políticos e históricos.

Fonte: Dados da pesquisa sobre a oferta de estudos em EJA no contexto da formação docente em cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

Outra questão do levantamento realizado junto às universidades federais referia-se à existência ou não de professor efetivo concursado nessas universidades. Contudo, na maioria dos casos, essa oferta da disciplina é ministrada por professores substitutos (smj<sup>20</sup>), como esse ainda é o caso de grande parte dos professores que atuam na oferta da EJA nas redes de ensino.

Esse dado reitera-se também na UFSC, universidade em que trabalho, pois acredita-se que em outras instituições as questões a serem apresentadas sejam objeto de disputas no contexto atual: há no curso de Pedagogia uma disciplina obrigatória com os saberes particulares da EJA e um núcleo de aprofundamento. No entanto, houve um movimento de reformulação curricular, querendo transformar a disciplina em optativa e essa disputa ainda não está reafirmada. Ainda, ao se buscar professor efetivo no contexto do Centro de Educação, justifica-se de que a EJA não demandaria vaga por não a considerarem uma área de conhecimento, mas uma modalidade, o que evidencia o desconhecimento de nossos campos de atuação e de pesquisa.

Essa postura se insere no contexto da política pública, pois o que ocorre é extremamente contraditório e excludente, uma vez que, com todo um conjunto de saberes oriundos da pesquisa acadêmica e com os dados da realidade brasileira, se sabe que há um grande número de estudantes

<sup>20</sup> Os portais das Instituições nem sempre contavam com essa formação.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

frequentando a EJA e, além disso, há aqueles que estão fora da escola. Dizer que a EJA não é uma área do conhecimento<sup>21</sup> (aqui se subentende que seriam as áreas disciplinares de Ensino de Matemática, Ciências, História...) denota que é preciso estudar e conhecer a realidade objetiva em que os professores licenciados estão ou estarão inseridos.

Desse modo, Jaqueline Ventura (2012, p. 79) situa que

para que haja uma maior compreensão por parte dos profissionais da educação sobre o que é essa modalidade de ensino e suas particularidades pedagógicas é fundamental trazer essa temática para ser discutida na universidade, principalmente, nos cursos de licenciatura. Cabe, todavia, destacar que a defesa pela profissionalização do docente da EJA não significa reduzir o campo a uma ação restrita aos especialistas por seu conteúdo supostamente técnico, mas sim superar o amadorismo e a improvisação e qualificar os quadros docentes para um trabalho que respeite às especificidades do público jovem e adulto, no que concerne à elaboração de propostas pedagógicas que contemplem tempos e espaços diferenciados de aprendizagens deste público no seu processo de escolarização.

Outra questão gerada pela não presença de professor/a efetivo/a nas universidades refere-se ao fato de ainda termos nas universidades um número reduzido de pesquisadores nesse campo principalmente, tanto na oferta de disciplinas como em orientações na Pós-graduação *stricto sensu*. Um exemplo disso se evidencia, na análise em pesquisas realizadas (Laffin et al, 2014 e Laffin e Dantas, 2015) que tinham como objeto o estado do conhecimento das pesquisas realizadas em Santa Catarina e na Bahia, ao situar os professores orientadores das investigações localizadas, a fim de buscar identificar indícios de que esses professores possam estar focando a EJA como objeto de pesquisa.

Em SC, do total de trinta e quatro (34) apenas dois professores tinham mais de uma pesquisa orientada e na Bahia, do total de setenta e seis (76) investigações, três professoras tinham mais de uma orientação. Observou-se também que os vários estudos não identificavam como objeto de pesquisa a própria Educação de Jovens e Adultos, mas esta constituía o contexto em que elas se desenvolveram. Tal fato indica que mesmo que alguns olhem a EJA de forma tangencial, em alguma

<sup>21</sup> No Portal Capes, encontra-se a definição do que seja área de conhecimento, a qual se transcreve literalmente a seguir: “A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia. A organização das Áreas do Conhecimento na tabela apresenta uma hierarquização em quatro níveis, do mais geral ao mais específico, abrangendo nove grandes áreas nas quais se distribuem as 48 áreas de avaliação da CAPES. Estas áreas de avaliação, por sua vez, agrupam áreas básicas (ou áreas do conhecimento), subdivididas em subáreas e especialidades”. Nessa classificação, a área de Ciências Humanas - compreendida como "Colégio de Humanidades" tem como classificação o código 70800006 - Educação. Tal área, conforme previsto no conceito definido e utilizado pela Capes, em seu curso de avaliação, a Educação de Adultos está classificada como área dentro da Educação.



## **FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS**

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

dimensão na busca de compreender o campo teórico e legal em relação à EJA. Ou seja, o que se contabiliza que boa parte das pesquisas em EJA, apesar de ser importante e necessária, nem sempre aprofunda com densidade o campo da EJA. Esse dado indicia, assim, a não continuidade temporal de pesquisadores universitários nesse campo. Esse fato também o é evidenciado no quadro ainda restrito de nomes que historicamente com maior adensamento da EJA como campo de pesquisa, em termos de Brasil.

### **6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, DEMANDAS E RECOMENDAÇÕES**

Nesse sentido, pensar a formação docente no movimento político pela EJA significa lutar por uma formação digna no contexto das universidades para os estudantes/professores que trabalham ou terão o direito de trabalhar na educação de jovens e adultos. Para tanto, é fundamental o fortalecimento de militantes da EJA das universidades e Fóruns de EJA para situar um olhar de crítica e de possibilidade de novas ações e proposições políticas.

Os projetos financiados para a formação via extensão ou especialização mediante editais de financiamentos pelo Ministério da Educação são possíveis e importantes, mas ao não se ter docentes efetivos na área de EJA nas universidades, tais cursos passam a ser de oferta esporádica e sem continuidade, portanto, não são incluídos com política de estado, mas como projetos isolados sem continuidade.

Os elementos apresentados no presente texto dão indicativos no movimento de avançar no estabelecimento de políticas de formação inicial e continuada de professores de EJA que considerem o perfil dos sujeitos de EJA e seus espaços de atendimento, para que se possam viabilizar ações formativas que contemplem as particularidades da área, as pesquisas, as práticas pedagógicas e as demandas dos movimentos sociais.

Desse modo, reafirma-se que a discussão dos direitos pela oferta e acesso à EJA requer o direito a ter professores com formação nas particularidades que essa modalidade requer, e, principalmente requer por parte das universidades e do Ministério da Educação o reconhecimento da área de EJA como responsabilidade social para com essa formação e com a pesquisa nesse campo de conhecimento.

Assim, ao tomar as análises e constatações apresentadas é imprescindível requerer ao Ministério de Educação, como órgão regulador e executor de políticas públicas, na garantia dos



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

direitos fundamentais à educação a **efetivação das seguintes exigências:**

- a) Encaminhamento para as universidades federais de vagas públicas de concursos direcionadas/destinadas<sup>22</sup> para o campo da Educação de Jovens e Adultos como ação afirmativa, para que se possam constituir grupos de docentes a fim de atuarem em cursos de Pedagogia, Licenciaturas e Programas de Pós-Graduação e pesquisadores nessa área do conhecimento.
- b) Indução de políticas no sentido da obrigatoriedade de oferta de disciplinas de EJA nos cursos de Licenciaturas e Pedagogia.
- c) Indução de políticas que estimulem Estados e Municípios a realizarem concurso público para efetivar professores em EJA.
- d) Financiamento apoio junto às agências de fomentos projetos de pesquisas voltadas ao adensamento do campo da EJA.
- e) Institucionalizar e financiar projetos de formação continuada voltados às redes (especializações, mestrados acadêmicos e profissionais<sup>23</sup>), para que tenha desenvolvimento institucional nas IES, o que será mais viável ao se contar com professores efetivos para tal.
- f) Propor organização de Seminários de Práticas Pedagógicas de EJA e de Formação Inicial em cursos de Pedagogia e Licenciaturas no âmbito das Universidades e socialização das pesquisas.

Tais exigências apontam para o papel e responsabilidade social do MEC no conjunto das políticas públicas que objetivam a oferta da EJA respeitando o direito fundamental e constitucional de jovens, adultos e idosos e, para se constituir parte da chamada “Pátria Educadora” para a totalidade dos sujeitos.

Como alertou Arroyo (2005), nesse campo aberto, pela omissão do Estado o qual negligenciou a educação e, assim indefiniu sua responsabilidade constitucional, foram necessárias intervenções também passageiras, por parte de diferentes movimentos sociais para cultivar a EJA com apelos da boa vontade. Contudo, num estado democrático e de direito, em que as instituições

<sup>22</sup> Essa possibilidade de vagas dirigidas a áreas específicas já foi utilizada, por exemplo, para vagas nos cursos de Educação do Campo e Estudos e Cultura Africanos e Afro-Brasileiros, *estes dois principalmente como ações afirmativas*, assim como para aquelas vagas para docentes na oferta de cursos de Educação a Distância,

<sup>23</sup> Como é o caso do Curso do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos da UNEB, o único do Brasil.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

sociais são constituídas para responder às demandas sociais, já não há espaços para a desprofissionalização, para terceirização e ações emergenciais, nem para se confrontar com o adormecimento do MEC em relação à EJA.

Como Gramsci afirmava em suas cartas e cadernos: “Meu estado de espírito sintetiza estes dois sentimentos e os supera: sou pessimista com a inteligência, mas otimista pela vontade”<sup>24</sup>. Desse modo, é preciso vontade política por parte do Ministério e das Universidades Públicas no sentido de reconhecerem e efetivarem a EJA como política de Estado.

### REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, Autores Associados, 2004. 75p.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: maio de 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf). Acesso em: janeiro de 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2015.

BRASIL, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**: Disponível em:<<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: mar de 2015.

<sup>24</sup> A expressão, como se sabe, está intimamente associada ao nome de Gramsci, que a tomou de empréstimo do escritor francês Romain Rolland, como informa, dentre outros, o pesquisador italiano Antonio Santucci (Antonio Gramsci 1891-1937. *Guida al pensiero e agli scritti*. Roma: Editori Riuniti, 1987, p.95). Em sua correspondência, Gramsci a empregará repetidas vezes. Numa carta ao irmão Carlo de 19 de dezembro de 1929, por exemplo, escreverá: “Meu estado de espírito sintetiza estes dois sentimentos e os supera: sou pessimista com a inteligência, mas otimista pela vontade” (A. Gramsci, op. cit., 1996, p.143). A frase também frequenta seus Cadernos, como se depreende da passagem inserida logo nas partes iniciais, em que Gramsci menciona a necessidade de “criar pessoas sóbrias, pacientes, que não se desesperem diante dos piores horrores e não se exaltem diante de qualquer estupidez. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (Q, p.75)” Fonte: AGGIO ALBERTO (Org.).GRAMSCI. **A Vitalidade de um Pensamento**. – São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998. Disponível em: <<http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Aggio,%20Alberto/Gramsci%20-%20A%20Vitalidade%20de%20um%20pensamento.pdf>> Acessado em abril de 2015.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

V Seminário Nacional

13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP

BRASIL, Conselho Nacional de Educação /MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9394, Presidência da República, dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: janeiro de 2015>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Brasília, 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL, MEC/e - MEC. (2012). **Sistema e – MEC: Sistema de regulação do Ensino Superior**. <<http://emec.mec.gov.br/emec/nova>>. Acesso em 12/03/2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº3 de 15 de junho de 2010**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5642&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5642&Itemid)>=> Acesso em: janeiro de 2015.

BRASIL, MEC, INEP. (2012). **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em março de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.562p. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=15548&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=15548&Itemid)>=>. Acessado em abril de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010**: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <[Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010](#)>. Acessado em abril de 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**: Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <[Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010](#)>. Acessado em abril de 2015.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1987.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GATTI, Bernadete. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.37 [citado 2010-08-19], pp. 57-70. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782008000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100006)> Acessado em abril de 2015.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

*V Seminário Nacional*

*13 a 15 de maio - Faculdade de Educação  
UNICAMP - Campinas, SP*

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais.. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acessado em janeiro de 2015.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **A constituição da docência entre professores de escolarização de jovens e adultos**. 1. ed. IJUÍ -RS: EDITORA UNIJUI, 2013. v. 500. 248p

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Processos de formação docente para a educação de jovens e adultos (em Santa Catarina). In: **XXIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/ CONE SUL**, 2010, Florianópolis. Anais do XXI Seminário Internacional de Formação de Professores para o Mercosul/ Conesul. Florianópolis: UFSC/UDESC/UFRGS/UNISC, 2010. p. 1-13.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; GAYA, S. M. . Pesquisas e estudos sobre a formação inicial docente no campo da Educação de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, p. 177-206, 2013.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. DANTAS, Tânia Regina. Relatório: **Pesquisa Sobre A EJA na e da Bahia: aproximações e demandas teórico-metodológicas**. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; RODRIGUES, Andreia Vargas. SILVA, Bárbara. **Pesquisas no Campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no e do Estado de Santa Catarina**. In: X ANPED SUL, 2014, Florianópolis. Anais do X ANPED SUL. Florianópolis/SC: UDESC, 2014. p. 1-23.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari e LIMA, Vanda Moreira Machado. (2010). Cursos de Pedagogia no Brasil: o que dizem os dados do INEP/MEC?. In: **Ensino Em Revista**. Uberlândia, v.17, n.1, p. 69-93, jan./jun.2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/8185/5197>>. Acesso em março de 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo – Uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SARTORI, Anderson. Desenvolvimento Histórico das Políticas Públicas e Educacionais em Educação de Jovens e Adultos na Legislação Nacional. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Educação de Jovens e Adultos e Educação na Diversidade**. NUP, UFSC, 2011.

SOARES, Leôncio (Org). **Educação de Jovens e Adultos – o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VENTURA, Jaqueline. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. In: **Revista FAEEBA**, v. 21, p. 71-82, 2012.